

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 28 | Nº 10 | OUTUBRO 2008 | R\$ 13,00



ISSN 0100-4298



ESPECIAL CAFÉ

Cadeia ainda não está equilibrada
Entenda bem os custos de produção

CRISE

Algumas ações possíveis
Crédito desaparece



O agronegócio é o seguinte

Garantir a renda no campo

EXISTE MUITA preocupação no campo com relação ao desempenho da safra 2008/09. Depois de um cenário muito positivo no primeiro semestre, houve uma reversão conjuntural nos últimos três meses. A área plantada, que prometia um incremento respeitável, deverá ter uma variação muito pequena. Não se descarta, ainda, um encolhimento no plantio se a redução de liquidez diante da falta de crédito rural nos estados centrais ficar aguçada neste último trimestre. O padrão tecnológico não será o estado de arte, diante da fraca comercialização que se registra no mercado de insumos.

Na verdade, o agricultor, ante uma relação de troca favorável, fez uma antecipação na aquisição de sementes, fertilizantes e defensivos. Os volumes adquiridos mostram um grande aumento entre maio, junho e julho, quando comparado a igual período do ano passado. Como a tomada de decisão sobre o plantio aconteceu mais cedo, a safra 2008/09 teve uma definição prematura. Daí, a repercussão da crise financeira internacional não ter afetado de maneira mais forte e extensiva a agricultura nacional de grãos. Salvo a ocorrência de condições climáticas adversas, uma colheita de tamanho razoavelmente adequado para a difícil situação vigente estará garantida.

Assim, no próximo ano, o agronegócio continuará a garantir divisas via exportações e alimentos, sem pressionar a inflação interna. A preocupação está no horizonte de tempo mais longo, como, por exemplo, a temporada 2009/10. Esta sim poderá sofrer de maneira mais intensa o impacto negativo de uma conjuntura adversa mais prolongada. A atenção do governo na concepção das políticas públicas para garantir renda no campo será crucial. Se a ação tiver prioridade e for colocada em prática, o País estará viabilizando economicamente o setor a médio prazo. Os benefícios serão grandes.

De um modo geral, a safra mundial 2008/09 está garantida em patamares históricos elevados, pois as cultu-

ras tiveram seus plantios expandidos pelos estímulos de preços recordes nas principais Bolsas.

As lideranças rurais das organizações empresariais ligadas ao agronegócio acompanham com apreensão o rápido enxugamento de recursos ocorridos no mercado. Além dos problemas externos, existem também os internos. O orçamento de aplicação estabelecido no Plano de Safra ficou comprometido com a queda dos depósitos à vista e a baixa na chamada conta de exigibilidade (recursos obrigatórios para o crédito rural). Por sua vez, as *traders* deixaram de participar no financiamento da safra, enquanto a capacidade de autofinanciamento do produtor é insuficiente.

Demonstrando sensibilidade, e em atitude tempestiva, o governo adotou medidas para irrigar financeiramente o setor. Agora, é aguarda a velocidade desse desdobramento lá na ponta, entre a agência bancária, o produtor e a empresa de insumos e de máquinas. Há uma postura mais defensiva por parte dos agentes financeiros por razões que vão da crise internacional até a recente e ampla renegociação da dívida rural. O rigor na aprovação do financiamento ficou bem maior.

Desde o mês passado, a *Agroanalysis* iniciou uma seção temporária sobre a crise. Apesar da velocidade enorme dos fatos para uma publicação mensal, os leitores precisavam de uma orientação estratégica neste momento.

Agroanalysis apresenta nesta edição o caderno especial sobre a cadeia produtiva do café. O estado do produtor é de perplexidade, pois com uma cotação que excede em mais de 50% a psicológica marca de US\$ 100 a saca, a sua rentabilidade ainda continua comprometida. O setor clama por uma política mais intervencionista do governo e execra o livre mercado. Cultura perene, em que a substituição de lavoura não pode ocorrer de forma rápida e automática, o produtor requer mecanismos protetores de renda. A inserção crescente na cadeia produtiva, e a proximidade do produtor com o consumidor, fazem parte de seu plano estratégico. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura

de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Getty Images (pág. 5), iStockphoto e www.sxc.hu (capa)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-

3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente

Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou

Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio

Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro

de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista

Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda),

Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti

(Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda),

Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro

Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A. – Banco de Investimento), Jorge

Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco

S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de

Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.),

Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Romeu de Figueiredo Temporal

(Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros

Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sergio

Murray (Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz

Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de

Investimentos Crédito Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro

Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América

Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce),

Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

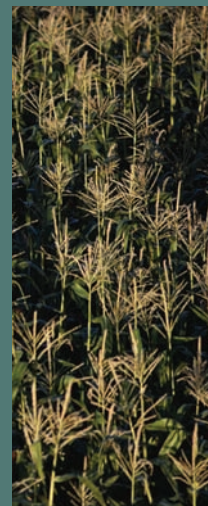
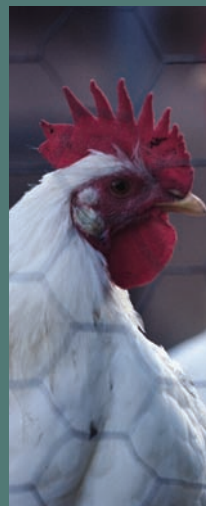
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Manoel Vicente Fernandes Bertone

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Crise

12 Safra 2008/09 I

14 Safra 2008/09 II

16 Safra 2008/09 III

19 Especial Café

12º Fórum Abag

40 Agroenergia e sustentabilidade

Gestão

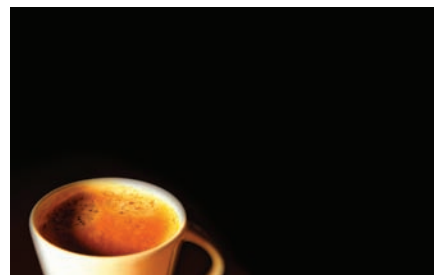
48 Ripa

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Especial Café



Cadeia produtiva

Crise



Algumas possíveis ações

12º Fórum Abag



Agroenergia e sustentabilidade

Safra 2008/2009



Plantio turbulento

Manoel Vicente Fernandes Bertone
Secretário de Produção e Agroenergia do MAPA

O café e a crise

da Redação

A CRISE mundial pode aumentar as dificuldades para os produtores de café, na visão de Manoel Bertone, secretário de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. “O cenário é preocupante. A valorização do dólar elevou os custos imediatamente e também gerou queda nos preços internacionais, de forma que o resultado foi o agravamento dos prejuízos de um setor que não pode decidir parar de produzir”, alerta ele.

Em entrevista à *Agroanalysis*, Bertone analisou as perspectivas do mercado do café e as ações do governo pra dar suporte aos produtores.

AGROANALYSIS Como o senhor analisa o atual cenário da cafeicultura brasileira?

MANOEL BERTONE Ao longo de décadas, a cafeicultura brasileira tem sido a mais competitiva do planeta. Custos competitivos, produtividade crescente, excelente nível de organização dos setores privados, logística e infra-estrutura superiores às dos concorrentes, diversidade de qualidade que atende muito bem nossos clientes, investimentos em pesquisa, agilidade comercial, vantagens fiscais que proporcionam aos produtores se apropriarem de significativo percentual do preço pago pelos clientes no exterior, mercado interno bastante desenvolvido e em franco desenvolvimento, indústria de solúvel que nos possibilita acessar mercados mais resistentes à compra de café verde. No entanto, grande parte de nossa competitividade vem sendo conseguida à custa do setor produtor, que hoje se encontra em grande dificuldade devido à valorização do real em relação ao dólar nos últimos



“Ao longo de décadas, a cafeicultura brasileira tem sido a mais competitiva do Planeta”

anos. E agora, justamente nas últimas semanas, quando eclodiu uma acentuada turbulência no mercado financeiro internacional, essa situação se agrava de forma surpreendente. Não se pode prever as consequências dessa situação. O dólar se encontra com forte valorização, os principais insumos sequer têm seus preços disponíveis e o preço do café, em reais, apresenta-se em queda, pois a valorização do dólar derrubou os preços da maioria das commodities. A próxima safra será de ciclo baixo, os produtores ainda não compraram seus insumos, não há financiamentos, pois o mercado financeiro se encontra paralisado, e os produtores têm seus limites de crédito comprometidos pela interpretação que os agentes financeiros adotaram no caso dos agricultores que tiveram suas dívidas prorrogadas pela Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, um instrumento que visou a fortalecer o sistema produtivo, mas que exigirá ajuste por parte do governo federal para que tenha seus bons efeitos realmente implantados. Um cenário bastante preocupante.

AGROANALYSIS E o mercado mundial?

BERTONE Aí nosso problema se agrava! Os concorrentes vêm de um período fortemente lucrativo, graças ao nosso problema cambial. Estão, portanto, mais capitalizados para suportar as dificuldades que as turbulências econômicas poderão ocasionar. Além disso, o mercado consumidor, que vem crescendo apenas em função da evolução de nosso próprio consumo interno, pode ser fortemente impactado pela esperada desaceleração da economia nos países desenvolvidos.

AGROANALYSIS Após um período de aproximadamente cinco anos em crise, o cenário para a cafeicultura melhorou, mas, infelizmente, o produtor ainda não conseguiu ter renda com a atividade. O que o governo vem elaborando para gerar condições dignas e rentáveis ao produtor?

BERTONE Na safra passada, o governo implementou o Pepro. Aproximadamente R\$ 200 milhões de reais em subvenções foram distribuídos. Muitos produtores e

o sistema cooperativista foram fortalecidos. Esse mesmo programa, com algumas modificações, foi aprovado pelo CDPC (Conselho Deliberativo da Política do Café) para esta safra, mas estamos encontrando dificuldades para sua aprovação. A situação econômica mundial foi profundamente modificada nos últimos dias, dificultando ainda mais. Mas conseguimos prorrogar, nesta safra, um substancial volume de dívidas, baixamos os juros, aumentamos o volume de finan-

Esse aspecto tem se tornando fundamental. O Brasil tem se desenvolvido economicamente de forma acentuada, o que elevou os custos da mão-de-obra e diminuiu sua disponibilidade, fato muito bom para o País, mas que exige forte adaptação de determinados segmentos do setor produtor.

AGRONALYSIS Como convencer o agricultor brasileiro, que lida com o cafezal diariamente, a permanecer na atividade?

BERTONE O maior problema não é con-

“O empobrecimento do cafeicultor é notório”

cimentos durante os meses de colheita e liberamos volumes recordes de recursos. Ainda assim os preços encontram-se em níveis absolutamente insatisfatórios. Na emergência das turbulências do mercado financeiro internacional, estamos convocando os setores da iniciativa privada para discutir o assunto e buscar soluções. O ministro Stephanes não tem poupado esforços para buscar soluções. Estamos montando um forte programa de financiamento de estocagem e procurando melhorar as condições de acesso dos exportadores aos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), linha de crédito que foi muito afetada pela crise financeira internacional. Também é possível que montemos um programa de opções, públicas ou privadas.

AGRONALYSIS Nos dias atuais, a cafeicultura é uma atividade atraente do ponto de vista financeiro?

BERTONE De forma geral, não. Exceto para aqueles muito bem capitalizados, que podem investir em tecnologias mais avançadas e de elevado custo, como irrigação, e que estejam em regiões bastante adequadas, as quais proporcionem boa qualidade e possibilidade de mecanização da colheita.

vencê-lo. Preocupa-me muito mais o fato de que a maioria dos cafeicultores, principalmente os mais vulneráveis a custos elevados, em regiões específicas de montanha e que produzem café de alta qualidade, não tem alternativa, não tem o que fazer com suas terras. Outras opções seriam mais difíceis. É essa dificuldade de sair do negócio que transforma a cafeicultura em uma atividade que requer mais atenção governamental. É uma atividade única, que gera muitos empregos, tem grande importância social e econômica, mas é fortemente dependente e vulnerável no curto prazo. Os elevados investimentos no plantio, a dificuldade de alternar o uso da terra, a continuidade da produção mesmo com preços inferiores aos custos, colocam o produtor à mercê de um mercado predador, que o pressiona exageradamente. E as políticas públicas não conseguem alcançar soluções satisfatórias para esse problema, considerando os instrumentos hoje disponíveis. O câmbio acaba sendo um problema para toda a produção exportável, não só para o café. E agora, com essa crise financeira internacional, tal problema se agravou. A valorização do dólar elevou os custos

imediatamente e também gerou queda nos preços internacionais, de forma que o resultado foi o agravamento dos prejuízos de um setor que não pode decidir parar de produzir. O resultado será grandes dificuldades ao setor produtor de café. O governo, nas condições atuais, será impotente para resolver satisfatoriamente esse problema, aos olhos daqueles que se arriscam a produzir e geram as condições de desenvolvimento de suas regiões. Deveríamos ter um melhor mecanismo de suporte ao sistema produtivo, mas, diante do atual modelo econômico internacional, que agora passará a ser mais questionado, isso ainda é muito difícil de se conseguir.

AGROANALYSIS A atual gestão do Ministério da Agricultura adota uma postura de defesa do setor agrícola. Assim sendo, o que se pode esperar a respeito do gradativo incremento dos custos de produção, especialmente na cultura do café, produto cujo preço teve pífia valorização ao longo dos últimos anos?

BERTONE A gestão do ministro Stephanes realmente se posta como de defesa do agricultor. Isso tem sido notório. A ação pessoal do ministro na prorrogação das dívidas, na diminuição dos juros agrícolas, no combate aos excessos dos preços de insumos, na criação do fundo de catástrofe para proporcionar um seguro agrícola mais efetivo, na criação dos adidos agrícolas nas principais embaixadas, na adoção do Pepro, na elevação dos volumes de financiamento e, agora, na busca por soluções emergenciais para diminuirmos o impacto da crise na cafeicultura, com certeza o distingue. O ministro sempre demonstrou preocupação com o comportamento dos preços do café, que realmente não têm evoluído como no caso de alguns outros produtos agrícolas. E os custos da cafeicultura têm se comportado de forma diversa, subindo constantemente. O empobrecimento do cafeicultor é notório. Temos nos reunido com frequência para buscar soluções, mas as dificuldades têm sido muito grandes. O mercado não tem ajudado, apesar



“A valorização do dólar elevou os custos e também gerou queda dos preços internacionais”

do equilíbrio entre produção e consumo que temos observado. Os custos devem ser pagos pelos consumidores, mas a cafeicultura sempre encontra dificuldades em repassá-los na medida de suas necessidades. Assim, o mais lógico seria a produção se retrair, diminuindo a oferta. No entanto, como já mencionei, por ser uma atividade de longo prazo, em que o produtor tem dificuldade de alternar para outra cultura, a cafeicultura tem dificuldade para reagir tempestivamente. E

nenhum governo conseguiria suprir essa deficiência com medidas específicas, exceto se tivesse completo controle da oferta, o que não é o caso atual. As ações que temos implementado visam ao maior suporte e à defesa do setor produtivo como um todo, o qual desempenha importante função social. E, apesar de fortes, têm se mostrado insuficientes.

AGROANALYSIS Na condição de produtor rural, trabalhando inclusive com café, o senhor entende muito bem a atual situação vivida pelo setor. Portanto, qual mensagem deixa a este povo que é responsável pelo abastecimento de milhões de mesas no Brasil e no mundo?

BERTONE Continuo acreditando muito na força do trabalho para suplantarmos situações difíceis. A atual exige a continuidade do trabalho intenso que sempre percebi na cafeicultura. Reconheço no governo uma atitude muito positiva de apoio ao setor produtivo e considero a cafeicultura o setor agrícola mais organizado a partir da base de produtores. A mensagem que deixo é a de continuarmos persistindo no caminho de trabalhar arduamente e fortalecer as instituições que melhoram nossa organização e que nos valorizam como um importante fator de contribuição para a melhoria de vida nas regiões em que atuamos. A cafeicultura tem uma importância social muito grande em nosso país e isso deve nos orgulhar e incentivar a continuar nessa luta e nessa atividade. Para isso, devemos estar atentos ao que nos compete quanto à busca de maior competitividade. O governo não consegue suprir todas as necessidades que o mercado nos impõe. Aumentar a produtividade e sempre buscar a adoção de técnicas que melhoram a qualidade de nossa produção devem ser uma constante e sem dúvida nos ajudará muito. Estar atento também aos mais modernos mecanismos de comercialização da safra, assim como na compra dos insumos, é fundamental. A valorização do associativismo e do cooperativismo ajuda muito em todas essas necessidades. ■

Macroeconomia

Perspectivas para a crise global

Rogério Mori*

O APROFUNDAMENTO da crise financeira em escala global tem concentrado o foco das atenções. Inicialmente, essa crise se localizou nos EUA e na Europa, porém o fenômeno alcançou dimensões mundiais ao longo das últimas semanas. Os governos passaram a atuar maciçamente no sistema financeiro de forma a evitar o pior em um ambiente de enorme retração da liquidez e de contenção do crédito.

De qualquer forma, o que foi verificado até o momento é apenas o início de uma peça cujo final ainda está muito longe, e é relativamente incerto. Os primeiros impactos da crise se manifestaram com maior intensidade sobre o lado financeiro, com algumas instituições colapsando nos Estados Unidos e na Europa. Porém, os efeitos sobre o lado real da economia mundial ainda não se fizeram perceber integralmente.

Mas, não se deve perder de vista as devidas proporções sobre os principais elementos característicos da crise atual, contrapondo-a à realidade dos fatos em um ambiente financeiro e econômico específico. Em outras palavras, seria insensatez imaginar de forma catastrófica o fim do capitalismo ou que o mundo embicará em uma depressão econômica nos mesmos moldes da ocorrida nos anos 30 do século passado. A ciência econômica progrediu enormemente desde então, e os governos e Banco Centrais em todo o mundo atuam ativamente de forma a evitar o colapso do sistema.

Mesmo assim, a crise deixará mudanças significativas nos cenários econômico e das finanças em escala global. No âmbito financeiro, o direcionamento será no sentido inverso do observado nas últimas décadas. O afrouxamento do ambiente regulatório do sistema financeiro, que ganhou impulso ao longo da década de 1980 e na década passada, e que viabilizou uma alavancagem excessiva dos bancos, terá uma clara redefinição. Então, o mito da total eficiência dos mercados caiu por terra, e uma maior regulação do sistema financeiro em escala global ocorrerá daqui em diante.

No bojo dessas mudanças, também é evidente que o modelo de crescimento da economia dos EUA nos últimos anos também parece estar com seus dias contados. A mecânica que amparou a dinâmica da economia norte-americana operava em um contexto de farta liquidez do sistema e abundância de crédito. Tal processo condicionou, em boa parte, o consumo das famílias dos EUA, que, dadas as facilidades financeiras, se endividaram maciçamente. Associado a isso, deve-se adicionar o efeito riqueza proporcionado às famílias pelo aumento dos preços dos imóveis e das ações. Esse processo tornou-se factível possível graças aos influxos de capitais do resto do mundo que eram canalizados para a economia norte-americana.

Sob essa lógica, a crise atual afeta profundamente o processo. A restrição do crédito eliminará daqui para frente

te as facilidades que eram presentes, e a acentuada queda dos preços dos ativos afetará duramente o estoque de riqueza das famílias. Dessa forma, a recessão é uma realidade que se avizinha da economia norte-americana, e que deverá ficar por um bom tempo. A economia mundial também será afetada, uma vez que os EUA eram o principal pólo do dinamismo do crescimento da economia global nos últimos anos. Assim, considerando-se as alterações que o sistema financeiro norte-americano deverá atravessar, não é razoável esperar que os EUA voltem a apresentar o mesmo dinamismo econômico dos últimos anos em face de um cenário de crédito mais restrito e menor liquidez. Portanto, é razoável supor que a economia norte-americana deverá registrar menores taxas de crescimento que as observadas nos últimos anos daqui para a frente.

No que tange à economia global, esse fenômeno poderá futuramente cristalizar-se em uma recomposição do ambiente econômico, com a mudança do eixo dinâmico do crescimento para outras economias, com menor dominação dos EUA. Em face disso, um cenário possível é o de ausência de uma liderança econômica incontestável daqui a alguns anos, com um ambiente relativamente fragmentado. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

PODERES DO AÇAÍ

Pesquisadores da Universidade Texas A&M avaliam desde 2001 os efeitos benéficos do açaí à saúde, fruta da Amazônia que está virando moda nos EUA e na Europa. Uma das constatações dos cientistas é que os antioxidantes contidos no açaí são absorvidos pelo organismo humano. “O açaí tem baixo teor de açúcar e seu sabor é descrito como uma mistura de vinho tinto e chocolate. Ou seja, o que mais podemos querer de uma fruta?”, disse Susanne Talcott, uma das autoras do estudo. Mais informações <http://pubs.acs.org/journals/jafcau>.

Preferência nacional

Pesquisa divulgada pela Abic mostra que o brasileiro está tomando mais café. Nove em cada dez brasileiros, com idade acima de 15 anos, consome café diariamente. O café é a segunda bebida mais consumida no País, atrás apenas da água. Por aqui, o consumo já alcança 5,64 quilos por habitante/ano, igualando-se ao da Itália (5,63 kg/hab/ano) e superando o da França (5,07 kg/hab/ano). Mas ainda perdemos para a Alemanha (5,86 kg/hab/ano) e estamos bem longe da Finlândia (12 kg por habitante/ano).

Carne forte



Pelo menos a médio prazo, a crise mundial não vai trazer grandes prejuízos à pecuária. Na avaliação da Scot Consultoria, a falta de carne no mercado internacional vai continuar ditando as regras do mercado. “A Europa está com a produção em queda e, ao mesmo tempo, dificultando a entrada de carne do Brasil, seu principal fornecedor extra-bloco. A Austrália também está produzindo menos, em função de problemas climáticos (seca) e do aumento dos custos. A questão dos custos afeta, da mesma forma, a produção norte-americana. A Argentina pratica auto-embargo. Nós aqui atravessamos um período de forte ajuste produtivo. Os principais participantes (*players*) do mercado estão com problemas de produção e/ou de venda. Portanto, mesmo que o consumo mundial passe a crescer num ritmo mais lento, ainda haverá espaço para aumento das vendas. E diante da atual conjuntura, ganha o fornecedor que demonstrar um bom equilíbrio em preço, qualidade e volume”.

DIALÉTICA DA CRISE

“O mundo não vai acabar. Esta é a 46ª crise identificada e é assim que funciona a economia de mercado. Quando uma crise se instala, você descobre as suas causas, depois há um diálogo entre a teoria e a realidade e você corrige causas”

Delfim Netto, economista, na *Folha de S.Paulo* de 18/10/2008

MAIS MILHO

As exportações brasileiras de milho devem ficar bem abaixo das 11 milhões de toneladas embarcadas em 2007. A previsão mais otimista, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), aposta em 7,5 milhões de toneladas, mas o mercado acredita que as vendas externas não devam superar a marca de 6 milhões de toneladas. Resultado: o país deve abrir 2009 com um estoque recorde, ao redor de 13,7 milhões de toneladas, segundo a Conab.

DIALÉTICA DA CRISE

“Agricultor é como minhoca: se tirar da terra morre. Ele tem de plantar”

Claudio Francisco Bianchi Rizzatto, vice-presidente da Coamo, no jornal *O Estado de S. Paulo* de 20/10/2008

Feijão do Sul

A Região Sul será responsável pela produção de 50% do feijão a ser consumido no Brasil entre janeiro e março de 2009. Estimativa da Conab aponta que a colheita no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul deve crescer entre 14,1% e 18,6%, situando-se entre 719,9 a 748,9 mil toneladas do grão. Na primeira safra da leguminosa, o Brasil deve produzir entre 1,39 e 1,43 milhão de toneladas.

Novo agronegócio

É um dos temas do 10º Congresso de Agribusiness, que será realizado nos dias 25 e 26 de novembro, no Rio de Janeiro. A promoção é da Sociedade Nacional de Agricultura de 2008. Mais informações pelo tel. (21) 3231-6350. O ex-ministro e atual coordenador do Centro de Agronegócio da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro), Roberto Rodrigues, fala sobre o Panorama e Perspectivas do Agronegócio Brasileiro na abertura do seminário.

Qualidade do café

Concurso promovido em São Paulo selecionou os dez melhores cafés da safra 2008 em no estado: na categoria Cafés Naturais, foram escolhidos os produtores Adriano Leite Vallim (São João da Boa Vista), Anésio Contine (Espírito Santo do Pinhal), Anibal Antonio Branquinho (Pedregulho), Fernando Loureiro (Torrinha) e Sebastião Alves Filho (Caconde). Na categoria Café Cereja Descascado, os vencedores foram Celso dos Santos & Outros (Caconde), Homero Teixeira de Mello Junior e Lindolpho de Carvalho Dias (São Sebastião da Gramma), José Felet Sobrinho (Taquarituba) e Regina Rusca Queiroz (Bragança Paulista). O concurso foi promovido pela Câmara Setorial do Café da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.



Abacaxi mais doce

A Embrapa lançou um abacaxi sem espinhos nas folhas e com sabor bem doce. A nova cultivar foi apresentada durante o 20º Congresso Brasileiro de Fruticultura, em Vitória (ES). Outra vantagem da variedade é sua resistência à fusariose, principal doença da cultura.

Batata quente

Explorando os Sabores da Batata faz parte da coleção de livros que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo lançou no Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro). O livro revela que a produção mundial de batata cresceu a uma taxa de 4,5% nos últimos dez anos. Enquanto o consumo declinou na Europa, registrou forte expansão nos países em desenvolvimento, saltando de 10 quilos/habitante/ano, em 1961-1963, para 22, em 2003.

SOJA

US\$ 800



é o custo de um hectare em Mato Grosso nesta safra segundo a Aprosoja

Suíno no prato

O consumo *per capita* de carne suína este ano vai superar os 13,1 quilos/habitante de 2007, segundo a Abipécs. A produção de suínos deverá situar-se próximo a 3,03 milhões de toneladas, pouco mais do que o volume de 2007, que alcançou 2,99 milhões de toneladas

Crise

Toda cautela é necessária

ESTAMOS VIVENDO a maior crise financeira mundial desde 1929. Esta é a única certeza do mundo dos negócios. Qualquer outra previsão tem pouco sentido. Qual o tamanho do seu efeito na economia real do Brasil e do mundo? Esta é a pergunta do milhão.

Qual o ponto de parada do novo dólar de equilíbrio no Brasil? Qual será o preço das *commodities* em 2009?

Poucas vezes as respostas estiveram tão inseguras. Isso porque este momento é novo em termos de cenário. Vivemos uma crise financeira enorme, mas com o mundo globalizado orquestrado para combatê-la. Os governos de todos os países estão tomando medidas para minimizar os efeitos da crise na economia real. O mundo hoje depende ainda muito da força da economia norte-americana, mas muito menos que antes. China e Índia têm, atualmente, pesos importantes. Tudo está interligado, mas os modelos econométricos que tentam medir as ligações estão sendo revistos. Por isso mesmo, prever o futuro, ainda que próximo, está muito duro.

Mas algumas medidas podem e devem ser tomadas pelos produtores rurais. A

tabela abaixo aponta o desabamento dos preços em dólares das *commodities* agrícolas. Esse movimento já parou? Ainda anda mais? Volta para níveis anteriores a 2006? É hora de jogar na defesa, de não especular de maneira alguma. Para exemplificar, vamos olhar o caso da soja. É hora de vender! O mais provável é que o dólar não se mantenha nos patamar atuais, desvalorize-se em relação ao real e que o preço das *commodities* reduza-se ainda mais. Dificilmente o custo de produção está maior que o patamar de preços atual. É hora de evitar perdas, ou de garantir resultados, e não de tentar ganhar mais.

Deve ser feita uma análise cuidadosa para cada produto, mas vender agora tende a ser a melhor medida.

Qualquer nova aquisição deve esperar um pouco. O mais provável é que uma atividade econômica crescendo menos traga redução nos preços dos ativos, como imóveis, máquinas e implementos. A economia brasileira deve crescer em 2009, mas bem menos que se previa antes da crise.

As aplicações financeiras devem ser seguras e feitas por prazos curtos. É importante ter alta liquidez neste momento. Não

deve haver quebra de bancos. Em primeiro lugar, porque o sistema regulatório bancário brasileiro é bom, e também porque o governo está alerta, e vai evitar esta ameaça de risco. Por isso mesmo, editou medida provisória autorizando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprar outras instituições que estiverem com problemas de liquidez.

A obtenção de crédito será muito difícil. Como o risco está alto, os bancos estão sendo tremendamente seletivos.

Para finalizar, mais que nunca é preciso ter sangue frio e lucidez para a tomada de decisões. As cinco páginas seguintes trazem mais informações sobre a crise. ■

Preço da soja no Brasil e na Bolsa de Chicago (Cbot) em 23/10/2008

	R\$/saca 60kg
Bolsa de Chicago	45,51
Sorriso /MT	36,00
Campo Verde /MT	40,50
Rio Verde /GO	41,00
Campo Grande /MS	44,00

Fonte: Cbot e Agrolink

Evolução do preço dos grãos e do petróleo no mercado internacional

	Jul/08 (1)	Ago/08	Set/08	23/10/2008 (2)	Var (2/1)
Soja *	33,25	28,26	26,27	19,74	-40,6%
Milho *	15,16	12,98	12,75	9,34	-38,4%
Trigo *	17,91	18,05	15,86	11,77	-34,3%
Arroz *	23,49	22,85	25,65	19,77	-15,8%
Petróleo (Brent) **	133,90	113,85	99,06	67,44	-49,6%

Fonte: Cbot (grãos) e IPE (petróleo); * US\$/saca 60kg; ** US\$/barrel

Safra 2008/09 I

Turbulência no plantio

SERIA PREMATURO apostar no cenário de volta das cotações de milho, soja e trigo, as principais *commodities* agrícolas negociadas no mundo, às médias históricas registradas até 2006? É importante

lembrar que, foi a partir daí que teve início uma escalada desenfreada dos preços das *commodities*, com base na perspectiva de disponibilidade apertada para atender à rápida expansão do consumo de alimentos e biocombustíveis. Esses mercados atraíram investimentos de grandes fundos.

De qualquer modo, agora a conjuntura é outra. Os picos históricos alcançados neste ano pelas cotações da soja, milho e trigo são contas do passado. Essas são as três das principais *commodities* agrícolas negociadas em Bolsa.

As cotações do *bushell*, em 3 de julho, bateram em US\$ 16,37 na soja, enquanto a do milho, em 27 de junho, atingiu US\$ 7,54. Ambos os produtos bateram recordes em datas próximas, motivados pelas chuvas contínuas que prejudicaram o andamento do plantio e reduziram a produtividade potencial nos Estados Unidos. E

o trigo, com as reservas nos EUA em seus níveis mais baixos dos últimos 30 anos, teve seu recorde em 12 de março, com o *bushell* chegando a US\$ 13,25.

Mas, desde julho, boa dose da valorização foi gradativamente revertida. Se as previsões de produção melhoravam nos EUA, a crise imobiliária do *subprime* começava a ganhar dimensões perigosas. Para cobrir outras aplicações ou simplesmente para preservar capital, os investidores financeiros passaram a liquidar suas posições.

Com isso, os aplicadores, que baseiam seus movimentos nos fundamentos de oferta e demanda de cada mercado, entraram em pânico e ficaram com os nervos à flor da pele.

Ante o aprofundamento da crise global ocasionada pelos Estados Unidos, sobram as perspectivas de longo prazo para o consumo de alimentos, em especial

dos emergentes como China e Índia. Isso poderia evitar uma desaceleração econômica mundial e a queda nas cotações das *commodities*, muito bem sensíveis com os impactos recentes.

Sabe-se que países ricos ou emergentes não podem dispensar a alimentação até mesmo nas recessões mais profundas. Já os mais pobres, diante de um menor custo, poderão consumir mais comida. Porém, a insegurança maior é se as cotações descolarem dos fundamentos mais técnicos. Uma onda baixista, por exemplo, deixa de levar em consideração as medidas de apoio empregadas por diversos países, já que seus resultados não aparecem de imediato.

Os movimentos especulativos acontecem em ritmo similar e oposto aos daqueles comuns no período aquecido da febre do etanol, do terceiro trimestre de 2006

FAO teme alta em 2009

A atual baixa das cotações pode levar os agricultores a reduzir a produção e provocar novo recorde de preços dos alimentos em 2009, segundo a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Sua previsão é de que a queda nos preços dos principais cereais no mercado internacional decorre da desaceleração da economia mundial e de boas colheitas em diversos continentes. Porém, essa conjuntura pode ser de curta duração.

Os problemas financeiros podem provocar uma nova crise alimentar no próximo ano, embora uma colheita recorde esteja praticamente confirmada para 2008.

A produção global de cereais deve alcançar nível recorde neste ano, bem acima das projeções anteriores. A Europa colhe uma das suas maiores safras de grãos, o milho mostra excelente desempenho nos Estados Unidos e os grãos forrageiros apresentam bom resultado no geral, com uma boa produção de arroz na Ásia.

Com relação ao trigo, base alimentar para boa parte da população mundial, a colheita mostra forte recuperação. Para a Argentina, é prevista, agora, uma queda de 25% por causa do mau tempo. Já no Brasil, o clima ajudou a produção, com aumento generalizado da área plantada, que chegou a 30% no Paraná. A produção de trigo do país é estimada para alcançar 5,4 milhões de toneladas, a maior desde 2004.

Para os grãos forrageiros, também é previsto recorde. Para o arroz, as perspectivas igualmente melhoraram, no rastro de excelentes resultados já obtidos no ano passado, graças a

boas condições climáticas, preços atrativos e incentivos governamentais, sobretudo na Ásia. Na América Latina, a colheita de arroz deve crescer, concentrada na Argentina, no Brasil, na Colômbia, no Peru e Uruguai.

Os preços internacionais caíram bastante nos últimos dois meses. Nos EUA, o trigo valia, em meados deste mês, 45% menos que em seu pico de março, quando ficaram claras as projeções de recorde mundial de produção. A cotação de milho continuou a declinar também por causa de menor uso para alimentação animal e redução na produção de etanol nos EUA. O preço do milho americano caiu 35% em relação ao pico de junho. No caso do arroz, a desvalorização também foi forte - de 35% no Vietnã e no Paquistão e de 16% nos EUA.

A atual tendência das cotações pode significar uma redução na plantação, seguida de diminuição das colheitas nos principais países exportadores. De qualquer forma, os estoques de cereais continuam baixos, mesmo com o aumento da produção. Esse cenário pode provocar outro ciclo de preços alimentares elevados.

Apesar da melhora global da produção de cereais, a FAO alerta que 36 países no mundo precisam de assistência externa por causa de quebras de safras, conflitos, desastres naturais e preços elevados dos produtos. Uma nova onda de valorização de preços impactará milhões de pessoas sem recursos e créditos. A recente explosão de preços dos alimentos colocou 75 milhões de pessoas "na fome e na pobreza" em países em desenvolvimento.

Mundo: produção de grãos (milhões de toneladas)

Produto	Produção			Estoque		
	2008/09	2007/08	Var%	2008/09	2007/08	Var%
Total ¹	2.291,71	2.118,12	8,20	372,12	347,54	7,07
Trigo	680,20	610,88	11,3	144,41	119,80	20,54
Arroz beneficiado	433,23	430,19	0,70	80,54	77,69	3,66
Grãos forrageiros ²	1.084,29	1.077,05	0,67	147,17	150,05	-1,90
Milho	785,25	790,99	-0,72	107,76	122,88	-12,30
Soja	239,43	220,69	8,49	55,24	52,68	4,80
Farelo de soja	161,58	158,15	2,16	6,30	6,59	-4,40
Óleo de soja	38,11	37,46	1,73	2,48	2,68	-7,46
Algodão ³	113,76	120,59	-5,66	55,45	61,50	-9,83

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (outubro de 2008)

¹ Total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado

² Milho, sorgo, cevada, aveia e centeio

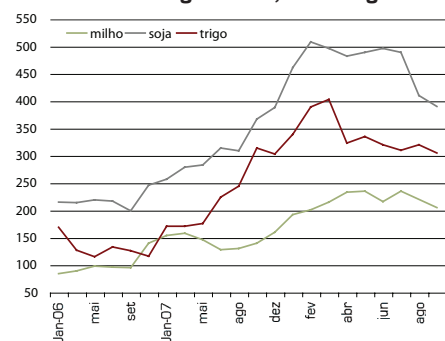
³ Milhões de fardos de 480 libras

Mundo: balanço de oferta e demanda (milhões de toneladas)

Item	Soja		Trigo		Milho	
	2007/08	2008/09	2007/08	2008/09	2007/08	2008/09
Estoque inicial	62,65	52,68	127,02	119,80	108,69	122,88
Produção	220,69	239,43	610,88	680,20	790,99	785,25
Importação	77,60	77,15	112,12	120,83	95,87	81,33
Consumo	229,12	235,19	618,10	655,58	776,80	800,37
Exportação	79,14	78,84	114,85	123,18	95,77	83,87
Estoque final	52,68	55,24	117,07	142,07	122,98	105,22

Fonte: USDA. Outubro de 2008

Bolsa de Chicago: cotações de grãos



Fonte: CBOT

ao primeiro semestre deste ano. Subidas elevadas, incomuns nas eras “fundamentalistas”, foram substituídas recentemente por fortes baixas.

O comportamento tem como parâmetro observar o desempenho do petróleo e do dólar americano, sintonizado nas oscilações das cotações nas Bolsas de Chicago

e Nova York, as principais referências globais para as *commodities* agrícolas.

As “barreiras psicológicas” rompidas para cima agora acontecem para baixo. Os papéis da soja e do milho tiveram as maiores quedas diárias permitidas, respectivamente, de 70 centavos de dólar e 30 centavos de dólar. A volatilidade corresponde a movimentos de ação e reação, de subida e queda.

Os patamares de preços continuam superiores às médias históricas até 2006, mas será que continuarão assim? Um fato real certo é que os custos de produção ficaram maiores. Outro ponto está nos níveis baixos dos estoques para a safra mundial de 2008/09.

A firmeza das cotações dependerá da liquidez do mercado, e se deverão prevalecer decisões baseadas em hipóteses “fundamentalistas”. Houve uma bolha na virada do primeiro para o segundo tri-

mestre. Mas, como parecem estar bem alinhados com custos, produção e estoques, os níveis praticados no primeiro trimestre deste ano podem ser uma das sinalizações alternativas para olhar o futuro.

De fato, ao se tomar as estimativas anunciadas pelo Departamento de Agricultura dos EUA, a relação entre estoque sobre consumo não está longe das médias históricas. No milho, é de 13,4%, contra a média de 22,0%. Na soja, de 23,4% e 15,0%, respectivamente. Os volumes dos estoques não são folgados para atender ao crescimento da demanda dos últimos anos. A desvalorização ocorrida no preço dos dois grãos pode estar exagerada. ■

Safr 2008/09 II

Crédito muito escasso

DE ACORDO com o Plano Agrícola e Pecuário da safra 2008/09, o governo previa a aplicação de R\$ 65 bilhões no financiamento para custeio, investimento e comercialização, concedida à agricultura empresarial no período de julho de 2008 a junho de 2009, sendo:

- R\$ 45,4 bilhões oferecidos aos agricultores com taxa de juros controlada do crédito rural (6,75% ao ano);
- R\$ 19,6 bilhões a juros livres.

Combatendo a crise

O governo federal tomou pelo menos três medidas importantes para amenizar a falta de crédito causada pela crise do sistema financeiro internacional:

- Antecipação de R\$ 5 bilhões em recursos do Banco do Brasil para operações de custeio;
- Elevação de 25% para 30% nas exigibilidades (recursos obrigatórios para o crédito rural) sobre os depósitos à vista, estimados em R\$ 120 bilhões. Isso significa mais R\$ 6 bilhões;
- Redução de 45% para 42%, nos depósitos compulsórios sem remuneração;
- Elevar de 65% para 70%, as exigibilidades sobre recursos da poupança rural, avaliados em R\$ 50 bilhões, o que corresponde a mais R\$ 2,5 bilhões.

Havia ainda outros R\$ 13 bilhões para serem oferecidos aos agricultores familiares com juros máximos de 5,5% ao ano.

Quando se compara os financiamentos da safra passada, no período de julho a setembro, constata-se um crescimento, da safra 2008/09 para 2007/08, de R\$ 14,2 bilhões para R\$ 15,5 bilhões. Do ponto de vista do crédito bancário, uma situação superior. O problema é o tranco sentido neste e previsto para o terceiro trimestre.

Na verdade, há uma dramática e justificada preocupação com a safra de grãos 2008/09, que está sendo plantada no País, pois os acessos às fontes de recursos secaram.

A fase inicial do plantio, momento crítico de maior necessidade de capital de giro por parte dos produtores, coincide com uma:

- Queda nos depósitos à vista dos bancos porque, com o fim da CPME, as pessoas foram estimuladas a aplicar

o dinheiro da conta corrente em operações de curto prazo;

- Aguda da crise financeira global.

O setor financeiro classifica como "crítica" a situação do crédito rural. Com a elevação da taxa básica de juros (Selic) e a diminuição da taxa real ao setor, os bancos ficam mais cautelosos e seletivos nos empréstimos. Por sua vez, a recente renegociação das dívidas engessou boa parte dos recursos.

Além disso, os bancos tiveram que fazer empréstimos adicionais na carteira rural para cobrir "deficiências" de aplicação em anos-safra anteriores. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) calcula:

- Na média de 12 meses do ano-safra, um "excesso" de R\$ 7,1 bilhões em empréstimos ao setor rural;
- A necessidade de liberação dos depósitos compulsórios de até R\$ 9,8 bilhões para irrigar o setor rural. Essa seria a diferença entre os R\$ 31,4 bilhões de recursos da exigibilidade, registrados em 30 de setembro, e os R\$ 41,2 bilhões em dinheiro aplicado no setor.

De acordo com os levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento, as despesas diretas na produção de cereais e oleaginosas, com insumos, máquinas e mão-de-obra, concentram-se no intervalo R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00

por hectare, em função da tecnologia empregada. Para uma área de grão em torno de 47 milhões de hectares, o orçamento ficaria entre R\$ 70,5 bilhões e R\$ 94 bilhões.

Cálculos ociosos mostram que, das fontes dos recursos para financiar a safra, um terço vem do crédito rural, outro terço das *tradings*, e mais um terço dos próprios agricultores.

Com a forte volatilidade dos preços das *commodities* no mercado internacional, as *tradings* descartaram, neste ano, o modelo tradicional de financiamento por meio de compras antecipadas. Assim, para tocar as lavouras, os produtores são obrigados a colocar mais recursos próprios e a recorrer a mais empréstimos nos bancos.

Apesar das duas últimas safras renderem capitalização ao campo, o grau de endividamento do setor ainda é elevado. Como a capacidade de autofinanciamento do plantio é baixa, a saída é captar dinheiro de terceiros.

Outras medidas

O governo ainda avalia criar uma linha de R\$ 1 bilhão para reforçar o capital das cooperativas de crédito e de produção agropecuária, além de alterar as regras dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

Financiamento Rural: programação e aplicação de recurso (R\$ milhões)

Fonte de recursos ou programas	2007/08		2008/09	
	Programação jul/07 a jun/08	Aplicação jul a ago/07	Programação jul/08 a jun/09	Aplicação jul a ago/08
1. Custeio e comercialização	49.100,0	13.017,8	55.000,0	13.443,7
1.1 A juros controlados	37.850,0	11.363,6	45.400,0	11.957,9
1.2 A juros livres	11.250,0	1.654,2	9.600,0	1.485,8
2. Investimento	8.900,0	1.369,8	10.000,0	2.106,8
2.1 Programas do BNDES	6.100,0	577,2	6.500,0	847,8
2.2 Demais linhas/programas	2.800,0	792,6	3.500,0	1.259,0
3. Agricultura empresarial (1+2)	58.000,0	14.387,6	65.000,0	15.550,5
4. Agricultura familiar (Pronaf)	12.000,0	1.936,9	13.000,0	2.342,2
5. Agricultura total (3+4)	70.000,0	16.234,5	78.000,0	17.892,7

Fonte: MAPA

Safrá 2008/09 III

Recordre ou encolhimento

Criados em 1988 para incentivar o desenvolvimento regional, os fundos registraram arrecadação acima do orçamento previsto no fim de 2007. Até agosto, os três fundos tiveram repasses de R\$ 5,736 bilhões do Tesouro. São R\$ 527 milhões adicionais em oito meses.

A forma de ajudar o setor rural via fundos seria permitir:

- Ao banco das cooperativas (Sicredi) fazer operações com recursos do FCO, restritas ao Banco do Brasil;
- Ao BB, por parte do governo, que controla os conselhos deliberativos dos fundos, a permissão de operar os recursos do FNE, exclusivos do Banco da Amazônia (Basa), e do FNE, restrito ao Banco do Nordeste (BNB);
- Financiamento do comércio exterior (ACCs) nas regiões. Permitido por lei, isso precisaria ser autorizado pelos conselhos deliberativos para eventual ampliação dos limites de crédito. As *tradings* poderiam ficar estimuladas a financiar a safra.

A CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) apresentou as seguintes propostas ao governo:

- Desclassificação do risco para os produtores que renegociaram as suas dívidas. Cerca de 20% deles estão nessa situação;
- Prorrogar para maio a parcela da renegociação da dívida que vence neste mês, estimadas em R\$ 5 bilhões

Os critérios de classificação de risco, previstos na Resolução nº 2682, do Banco Central, prevêem a capacidade dos mutuários de honrar o pagamento dos empréstimos feitos nas instituições financeiras, medida em nove níveis. Quanto maior o nível, mais alta é a probabilidade do produtor rural não pagar os empréstimos contratados.

Para que o produtor possa obter crédito, precisa estar classificado no nível C, o patamar mínimo para conseguir recursos sem maiores dificuldades. Acontece que muitos produtores, ao renegociarem seus débitos com base na Lei nº 11.775, mesmo adimplentes, tiveram seus riscos rebaixados pelos bancos. ■

A SAFRA 2009/10 é plantada, em grande parte, com base nos insuços que foram comprados no primeiro semestre, quando a relação de troca estava adequada para o setor. O impacto da falta de crédito na produção de grãos ficará mais definido entre novembro e dezembro.

Antes do agravamento da crise internacional havia forte especulação nos mercados futuros. Com a falta de liquidez, grandes fundos retiraram suas posições dos mercados. Os preços voltaram a um patamar intermediário, mas ainda remuneraram a produção, de maneira geral.

Para valer a lei dos preços mínimos, o governo precisará recalcular os valores com base nos novos custos de produção e colocar os recursos do orçamento em tempo hábil durante a colheita. Para a renda do campo será vital a aplicação dos instrumentos de política agrícola, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que engloba o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), a Aquisição do Governo Federal (AGF), entre outros.

A crise dos mercados financeiros afeta o País, seja por meio do custo mais alto de produção, com gastos mais elevados com fertilizantes, quanto pelo estrangulamento do crédito.

Há um descasamento direto, com redução de ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) e do financiamento das corporações. Uma temporada mais onerosa e com maior exigência de capital de giro.

Se essa situação delicada persistir, a médio prazo o poder de compra dos

países emergentes será afetado. Isso terá impacto sobre o consumo dos alimentos e levará a uma queda dos preços de *commodities* agrícolas.

Com expectativa bastante promissora no primeiro semestre, o cenário ficou bastante negativo. Em comparação às temporadas passadas, a safra apresenta pequena antecipação de vendas. Na esperança de preços mais lucrativos, os agricultores postergaram os contratos de venda, enquanto devido à volatilidade dos preços, as *tradings* não pressionaram negócios. Operações antecipadas de soja não passaram de 30%, contra 80% no ano passado.

Brasil: vendas de defensivos vegetais (US\$ milhões)

	2007	2008
Herbicida	2.685	3.881
Inseticida	1.916	2.456
Fungicida	1.351	1.721
Acaricida	127	159
Outros	122	266
Janeiro a Setembro	6.291	8.483
Total	10.070	12.000*

Fonte: Sindag. (*) previsão

Apesar de ter assumido custo elevado de produção, o horizonte de preço e câmbio do agricultor está coberto de neblina. No primeiro semestre, o primeiro subia, e o segundo caía. Atualmente, o movimento tomou sentido inverso.

Em seu primeiro levantamento da safra de grãos 2008/09, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa ofi-

cial do governo federal, estima que a área plantada no Brasil crescerá entre 1,2% e 2,7% em relação ao período anterior. O plantio ocupará de 47,9 milhões de hectares a 48,6 milhões de hectares. Com esse crescimento, a produção de grãos deverá bater outro recorde histórico, se confirmado o intervalo superior. A projeção é de 142,03 milhões de toneladas (-1,2% em relação à safra passada) a 144,55 milhões de toneladas (+0,5%). A produção

Segundo o presidente da estatal, Wagner Rossi, o comportamento dos preços das matérias-primas (*commodities*) agrícolas tem mantido o interesse do agricultor pelos grãos. “Apesar da queda dos preços e do aumento dos custos de produção, o agricultor eficiente ainda vislumbra a possibilidade de bons resultados. Isso mantém uma nova esperança”, completa.

O estudo também aponta duas culturas como as apostas dos produtores neste ini-

Clima

A Conab também analisou a interferência do clima sobre a plantação neste último trimestre. No Sudeste e em alguns estados do Norte e do Centro-Oeste, as precipitações pluviométricas devem ficar entre normal e acima da média histórica. Na Região Sul, a previsão é de chuvas um pouco abaixo da média, mas sem prejuízos significativos para as culturas de inverno e verão. Nas demais áreas do País, as chuvas devem ficar em torno da média histórica.

Insumos e máquinas

De acordo com as estimativas da Associação Nacional de Difusão de Adubos (Anda), a média de consumo de adubos nos últimos 18 anos, em torno de 32% no primeiro semestre e 68% no segundo, terá uma distribuição mais equilibrada neste ano, 47% e 53%, respectivamente, nos primeiro e segundo semestres. Com a apreensão de faltar e subir o preço de produto, houve uma antecipação de compra. Nos últimos dois meses, as vendas retraíram, enquanto a relação de troca entre o preço do produto e do insumo teve forte retração.

As vendas de defensivos nos três primeiros trimestres do ano mostra uma boa elevação. Assim como ocorreu com o adubo, ocorreu muita compra antecipada. Se a escassez de crédito prevalecer, os números que apontavam expansão serão frustrados.

Já no mercado interno de máquinas agrícolas, as vendas subiram 7,5 % em setembro ante agosto, para 5,5 mil unidades, informou a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Em relação a setembro de 2007, as vendas deram um salto de 52,4 %. No acumulado do ano até setembro, as vendas têm alta acumulada de 48,4%, de 41 mil unidades. A previsão é de que, até dezembro, o número chegue a 46 mil máquinas, ou 20,7% a mais que em 2007. Se a crise e o enxugamento de liquidez continuarem forte neste último trimestre, o volume comercializado poderá até ficar negativo. ■

Brasil: entregas de fertilizantes (mil toneladas)

Período	2007	2008	Var%
Agosto	2.936	2.083	-29,10
Setembro	2.940	2.100	-28,50
Janeiro- setembro	17.480	18.100	3,55
Total	24.600	25.000 *	1,62

Fonte: Anda. * Previsão

anterior foi finalizada em 143,8 milhões de toneladas.

A área divulgada pela Conab é a estimada para o plantio de algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, centeio, cevada, trigo e triticale.

Na avaliação da companhia, nem mesmo a alta dos preços dos fertilizantes, ou a diminuição da oferta de créditos, reduziu o otimismo dos produtores na hora de plantar.

cio de plantio. O feijão primeira safra deve ter um crescimento de área variando entre 8,6% e 11,6%, ou 1,43 milhão de hectares e 1,47 milhão de hectares no total. Com isso, a colheita deverá ficar entre 1,39 milhão de toneladas e 1,43 milhão de toneladas.

Já as terras destinadas à soja devem aumentar entre 1,3% e 3,2%, ocupando entre 21,59 milhões de hectares e 22 milhões de hectares. A produção deve ficar em 60,1 milhões de toneladas e 61,3 milhões de toneladas.

Brasil: área de grãos na safra 2008/09 – 1º levantamento (mil ha)

Produto	2006/07	2007/08	2008/09	
			Inferior	Superior
Algodão	1.096,8	1.077,4	962,9	1.028,0
Arroz	2.967,4	2.874,1	2.863,8	2.904,0
Feijão total	4.087,8	3.991,0	4.103,7	4.143,4
Feijão 1º safra	1.559,6	1.313,5	1.426,1	1.465,8
Milho total	13.054,9	14.700,1	13.450,4	14.623,0
Milho 1º safra	9.493,9	9.656,2	9.406,5	9.579,1
Soja	20.686,8	21.313,0	21.585,4	21.999,3
Trigo	1.757,5	1.818,9	2.390,8	2.390,8
Brasil	46.212,6	47.314,3	47.858,4	48.590,2

Fonte: Conab. Setembro/2008

ESPECIAL CAFÉ

Agroanalysis apresenta uma série de matérias sobre a cadeia produtiva do café. Trata-se de uma atividade tradicional no País, em marcha de conquista global, tendo pela frente não poucos e simples desafios. A crise financeira coloca lenha na fogueira sobre a discussão bipolar entre mercados livre e sob intervenção.

Administrado durante décadas pelo Instituto Brasileiro do Café, até 1990, a rubiácea contou com instrumentos de apoio na pesquisa, produção e na comercialização. A liderança do setor preconiza a importância da intervenção para evitar drásticas oscilações e estabilizar a renda de milhares de produtores. Veja a seguir o estado de arte da cultura na presente temporada.



Por onde passa a salvação?

Gilson Ximenes



VIVEMOS DIAS difíceis. As regras vigentes nos mercados até dois meses atrás, quando eclodiu a crise financeira mundial, estão ruindo. O modelo tão apregoado das desregulamentações e da liberdade dos mercados esgotou-se, mas não antes de ter ido até o limite que os mercados podiam suportar em termos de operações especulativas.

Como nunca concebi a liberdade total dos mercados, principalmente pelo fato de nunca ter aceitado que pessoas que se dedicam a produzir sejam espoliadas por agentes que se dedicam a especular, sou visto como antiquado.

Até 1990, o mercado internacional de café funcionava sob um regime de intervenções econômicas para regular os preços aos produtores, com margens que garantissem a sua necessária renda, mas que, ao mesmo tempo, evitassem cotações muito altas que pudessem gerar excessos de produção.

Internamente, tínhamos o Instituto Brasileiro do Café, uma autarquia que intervinha nos preços, retinha contribuições compulsórias dos produtores e promovia o produto no mercado externo. A onda do livre mercado atropelou esses marcos regulatórios. Em menos de um ano, foram desmontadas regras, que vigoraram por décadas, sem um período ou planejamento de transição. Os mercados regulados em termos de oferta vs. preços modificaram-se do dia para a noite. Os produtores conheceram, então, a mais perversa das concorrências, a dos especuladores.

Enormes fundos de investimentos perceberam no mercado livre do café um excelente ambiente para especular e ganhar dinheiro. Quando percebiam que havia oferta acima da demanda, vendiam aquilo que não tinham. Na ausência de dados estatísticos confiáveis, plantavam notícias de excessos de produção. Os produtores encontravam o mercado sobrevendido por especuladores. Devido à sua necessidade de caixa, muitas vezes negociavam e transferiam para esses próprios especuladores os ganhos da atividade.

Esse fato não é muito diferente dos movimentos geradores da atual enorme crise financeira mundial. Em busca de melhores taxas, bancos alavancaram substanciais quantias de dinheiro para financiamento e provocaram uma elevação de preços sem precedentes nos imóveis. Tanto no café como no mercado financeiro, a bolha criada pela especulação estourou do lado mais fraco, nos produtores e correntistas dos bancos. Assim funciona o mercado livre!

Se o modelo anterior continha vícios que favoreceram o aumento da produção em países concorrentes, temos de registrar que o maior crescimento de um concorrente brasileiro se deu em um

curto período no ambiente de livre mercado: o Vietnã saltou de uma produção de 2 milhões de sacas, em 1994, para uma colheita de 15 milhões em 2002, próximo agora de alcançar 20 milhões.

Enquanto isto, no Brasil, os preços aumentaram no salário mínimo (510%), adubo 20-5-20 (560%), óleo diesel (512,5%), kWA de energia elétrica (460%), calcário (500%) e no trator Valtra Cafeeiro (300%). De outro lado, o preço da saca de 60 kg de café saiu de R\$ 220,00 para apenas R\$ 250,00, um incremento inferior a 20%. Suportaram esse disparate o aumento da produtividade e o endividamento crescente dos cafeicultores.

Enquanto os países desenvolvidos subsidiam seus produtores rurais por meio da sociedade e dos governos, aqui no Brasil os produtores subsidiam os consumidores. A sobrevivência da cafeicultura brasileira, especialmente a da variedade arábica, passa por um novo modelo de gestão comercial. Os produtores devem se organizar para reduzir a distância entre eles e os consumidores.

Em relação aos financiamentos, surgem idéias como o desenvolvimento de um novo modelo de formação de estoques, para possibilitar a comercialização em função do preço no mercado. Isso substituiria o modelo anticíclico, com vencimento determinado, em que o mercado se organiza para receber as vendas dos produtores a preços vis.

Na política agrícola, o Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) mostrou-se um excelente instrumento de sustentação de preços e complementação de renda. E, finalmente, por mais polémicos que sejam, talvez a política agrícola também tenha que passar por programas de estabilização de renda, sustentada por modelos de contribuições, dentro de um ambiente de níveis de eficiência.

Não quero aqui apregoar uma simples volta ao passado. O mundo mudou. Se a tecnologia, a informática e a logística promoveram uma revolução, o livre e desregulamentado mercado promove outra revolução profunda e intensa, que vivemos agora. Quero provocar um debate, uma discussão, para que produtores, agentes do agronegócio, sociedade e governo reflitam sobre a necessidade de rever nossos modelos. Agradeço à **Agroanalysis** e à FGV por proporcionar espaço ao início do debate. Boa leitura a todos!

Presidente do Conselho Nacional do Café

A crise adiada

Carlos Melles



ALEI nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que resultou do projeto de conversão da Medida Provisória nº 432/08, abre um novo capítulo na série de renegociações das dívidas

agrícolas iniciada em 1995. Milhares de agricultores brasileiros amargavam o risco da insolvência, com a consolidação de R\$ 83 bilhões de dívidas rurais, sendo cerca de R\$ 1,2 bilhão do setor produtor de café.

Esta foi a terceira repactuação de dívidas do setor agrícola brasileiro nos últimos 15 anos e, muito provavelmente, não será a última a ocorrer no horizonte de três a cinco anos. A recomposição da dívida agrícola encontrou vozes de apoio e de críticas.

Os contra o pacote se utilizaram de questionamentos que necessitam de aprofundamento. Por que o setor agrícola brasileiro não tem capacidade de honrar seus compromissos? O fenômeno é particular ou genérico? É incompetência e ineficiência? O que está errado? As respostas são de diversas ordens e, em alguns casos, particulares de cada segmento produtor.

Antes de comentar o que ocorre com o setor cafeeiro brasileiro, temos de deixar claro que os incrementos expressivos da produção na agricultura brasileira atendem às demandas interna e externa. Não há o que reclamar da atividade agrícola nacional, quer pelo lado da demanda quantitativa, quer pela qualitativa.

A elevação da produção nacional tem sido fruto do aumento da produtividade em regiões tradicionais e pela incorporação de terras mais fracas, com tratamentos culturais mais sofisticados e dispendiosos. O incremento da escala de produção eleva a dependência do setor em fertilizantes e defensivos. Devemos ainda incluir a elevação do valor do item trabalho no custo do produto.

O resultado é a vulnerabilidade da agricultura brasileira a oscilações dos preços de insumos e, evidentemente, do valor da produção, em que a taxa de câmbio joga importante papel. Categoricamente afirmamos que a atividade agrícola brasileira convive com uma tendência de margem apertada de lucro.

Esses postulados podem servir para a agricultura empresarial, mas como também não tem sido capaz de manter o serviço de suas linhas de crédito, a agricultura familiar foi matéria de revisão dentro da Lei 11.775.

Então, a atividade agrícola é um mau negócio e fadada ao fracasso?

Não, mas é uma atividade especializada, que requer análise setorial, ferramentas por produto, estratégias de evolução na cadeia de valor agregado de cada segmento. O Brasil tem o dever de, como na carne, ingressar na cadeia mundial do negócio com razoável sucesso.

Ainda que seja um alicerce fundamental, a política agrícola brasileira, norteadas pelo Plano Anual de Safra, orienta apenas o agricultor a produzir no ano que vem. As iniciativas na área de crédito rural das últimas décadas foram feitas com dois vetores, um balizando a produção do ano agrícola seguinte, e o outro repactuando créditos não pagos relativos à safra em curso ou à anterior. O resultado é a acumulação de dívidas. Não há saída.

Demandamos políticas setoriais de médio e longo prazos, com estímulo à evolução na cadeia de valor agregado. É assim que o mundo desenvolve suas políticas de apoio e estímulo a suas

fronteiras agrícolas. O setor cafeeiro é um dos mais claros exemplos de que o país precisa com urgência de uma nova proposta.

Com Conselho Deliberativo, fundo específico (Funcafé) com patrimônio superior a R\$ 3 bilhões, principal produtor isolado, segundo maior país consumidor, produtividade ascendente, preços internacionais nos últimos quatro anos acima da média histórica, a cafeicultura não tem margem para honrar o serviço do seu endividamento.

No caso do produtor de café, de 1994 e 2008, a relação de troca dos insumos com o produto expressa tendência de aumento do peso dos fatores de produção diante da evolução do salário mínimo (510%), do adubo 20-5-20 (560%), do calcário (500%), da energia elétrica (460%), do trator (300%) e da saca de 60 quilos de café (23%).

Nesse período, apesar de ter dobrado sua produtividade média bial por hectare de 9 sacas para 18 sacas por hectare, a renda do cafeicultor não foi suficiente para garantir geração de caixa. Vários fatores levam a atividade à permanente convivência com dificuldades estruturais, como:

- Cultura perene, com produto estocado por longo período;
- O agricultor não pode pular de um produto para outro ao sabor de sua expectativa de resultado;
- Demanda dispersa no tempo e pressão de custo agrícola concentrada, característica da maioria dos produtos agrícolas;
- Estreita, mas rica cadeia insumo-produto, A renda da produção agrícola mundial é de US\$18 bilhões, enquanto a de mercado, ponta final, vale US\$ 60 bilhões.

Falta ao Brasil uma agenda para superar os desequilíbrios estruturais da atividade. Nas últimas décadas, a política cafeeira tem sido alimentada por duas vertentes:

1. Choque de crédito para manter ou aumentar a produção, com café de melhor qualidade;
2. Preocupação com o ganho do cafeicultor, única forma de ser sustentável a médio e longo prazos.

Nos últimos vinte anos, o volume da produção brasileira cresceu de médias bianuais de 30 milhões de sacas para 40 milhões de sacas, enquanto a área agrícola ficou praticamente em 2,2 milhões de hectares. A sua fronteira se deslocou, com o incremento da produção em Minas Gerais, no Espírito Santo e na Bahia. Essa realização tem componentes de sucesso e de fracasso.

O endividamento de longo prazo do setor produtor de R\$ 1,9 bilhão, o serviço da dívida de curto prazo de R\$ 2,4 bilhões, e o orçamento do Funcafé para o ano de 2008 requerem uma avaliação mais cuidadosa.

O Brasil ainda não enfrentou o problema mais simples de sua cafeicultura. A cada ano-agrícola os produtores precisam vender o equivalente a quatro meses de demanda em seis semanas para o custeio de colheita. O segmento frágil da agricultura familiar exerce pressão vendedora ainda mais significativa, de praticamente toda a sua produção. As ferramentas de política agrícola para carregar a safra pouco atingem essa fai-

xa. O resultado clássico é a formação de preços baixos ao longo do período que antecede a colheita. A reversão pode ocorrer somente quando o mercado começa a contabilizar seu efeito sobre a formação da safra do próximo ano-agrícola.

De forma não sistemática, os formuladores da política brasileira do café aceitam, em alguns anos, a inclusão no plano anual de safra de ferramentas de gestão de preço e de carregos de café, do mecanismo de opção de venda e do leilão de prêmios. Falta o entendimento de que a atividade está presa em uma armadilha, e a saída passa por sua sustentabilidade, que é a geração anual de caixa, ou pelo perdão da dívida.

O que faz a agricultura ter uma gestão tão complexa? Quando a moeda nacional apresenta apreciação ante o dólar americano, e o custo dos insumos dispara em reação ao o valor do produto, há a necessidade de correção de rumos.

No Brasil, a correção de curto prazo é simplesmente adiar o serviço de dívidas. A solução fica deslocada no tempo. Com margem estreita, a atividade, como não gera caixa para suportar os gastos correntes e amortizar o endividamento passado, não fecha.

Nem os cafeicultores mais bem preparados para produzir conseguem saldar suas dívidas, mesmo que o preço internacional do produto esteja acima da média histórica. Essa crise não se originou no mercado externo, mas nas vicissitudes da economia brasileira. Foi uma crise interna. Por sua própria culpa, o Brasil perdeu (temporariamente?) sua capacidade de competir.

Na Lei 11.775 está no Parágrafo Único do Art. 6º. *In verbis*: “O custo dos descontos (previstos nos dois incisos do artigo) deverá ser suportado pelo Funcafé”.

Isso significa que o socorro aos cafeicultores, resultado da união de esforços do setor produtivo, de parlamentares da Frente do Café e do MAPA, foi tão somente orquestrado pelo governo. A renegociação das dívidas nada custará à sociedade ou aos contribuintes. A rigor, ela será custeada com recursos de um fundo dos próprios cafeicultores.

Precisamos desenvolver ações para dar ao segmento cafeeiro um novo horizonte, como:

- Neutralizar a pressão de venda ao longo do período de colheita, com estímulo ao carregos de café;
- Criação da expectativa de preço futuro maior que o presente;
- Formação de estoque estratégico no volume de 15 milhões de sacas;
- Criação no exterior de unidades de armazenagem em portos-chave, para venda futura;
- Busca de parcerias com torrefadores de médio porte em países-chave;
- Criação de um Fundo Soberano, com aportes de recursos a serem definidos pelo Conselho Deliberativo da Política do Café-CDPC, para ajustar as políticas anuais a oscilações de mercado, representadas por elevação de custo de fatores de produção, queda de preços internacionais, variações cambiais significativas.

Esses instrumentos existem e já foram implementados em algum segmento agrícola, assim como o sistema de opções de venda da Conab, os leilões de prêmio da Conab, o financiamento para carregos de café com recursos do Funcafé, instrumento que pode ser reformado para incluir a condição de venda para a formação de estoque estratégico acima referido.

As ações acima em nada colidem com os fundamentos atuais do setor cafeeiro mundial. O estoque de café é praticamente nulo nos países produtores, enquanto nos países consumidores está há anos na faixa de 23 milhões de sacas. Se no mundo, a demanda cresce na faixa de 2% ao ano, a produção agrícola agregada não indica tendência a saltar de patamar. As participações do café nos lucros publicados das grandes empresas industriais e comerciais mostram margens significativas na cadeia, exceto nos produtores.

Fica a lição de que políticas setoriais não são substitutas e nem podem compensar as falhas das políticas globais. Coordenar as duas é talvez o único caminho. Mas, até que ponto as crises periódicas da agricultura terão de agravar-se para que governo e sociedade aceitem o desafio?

Deputado Federal.

Presidente da Frente Parlamentar do Café

Cronologia

Armando Matielli

O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), durante o ano de 2007, repassou mais de R\$ 1,658 bilhão para os agentes financeiros.

Funcafé (2007)

Linha	R\$ milhão
Custeio	426,0
Colheita	412,5
Estocagem	560,4
FAC	259,4
Total	1.658,3
Orçamento aprovado	2.026,0

Fonte: MAPA. FAC: Financiamento para Aquisição de Café

O repasse de recursos aos bancos faz parte da política cafeeira desenvolvida pelo MAPA, por intermédio do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), para capitalizar e gerar

renda para o setor, a fim de que o Brasil mantenha o patamar de maior produtor e exportador mundial de café.

Leilões de café (2007)

Número	23
Ofertas	1.150 mil sacas
Vendas	1.106 mil sacas
Arrecadação	R\$ 220 milhões

Fonte: MAPA

Café: saldo estoque do governo (2007)

Estado	Volume (sacas)
Minas Gerais	379.176
Paraná	329.015
São Paulo	67.573
Espírito Santo	39.830
Total	815.594

Fonte: MAPA

Articulação da cadeia produtiva

Na audiência entre representantes do setor da cafeicultura com o ministro do MAPA, Reinhold Stephanes, a pauta foi como incrementar políticas para o aumento do consumo interno e das exportações de café.

A cafeicultura brasileira investe na lavoura, aumenta a produtividade e a qualidade do produto. Em 2010, com consumo de 20 milhões de sacas, o Brasil será o maior consumidor mundial, na frente dos Estados Unidos. O setor está bem estruturado, conta com o apoio do Funcafé e de um fórum de discussões como o CDPC.

A Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) é favorável à política de incentivo à exportação de café com valor agregado, como é o caso dos cafés solúveis e dos torrados e moídos. Essa medida gera mais empregos para o País e abre novos mercados, como a Rússia, Japão e Inglaterra, países tradicionalmente consumidores de chá.

O consumo mundial de café cresce, e a participação brasileira deve ser mantida no mercado internacional. Para o Cecafé, um dos grandes desafios está nas barreiras tarifárias, principalmente as impostas pela União Européia, que chegam a 9%.

Receita com café verde

A receita cambial com exportação de café verde apresentou elevação em 2007 em relação ao ano anterior. O faturamento no relatório da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, com base em números da Secex, do MDIC, ficou muito próximo dos dados divulgados pelo Cecafé, que considera as vendas de solúvel e de grão verde.

O crescimento da receita em 2007 deveu-se também à melhoria dos preços externos, que, desde 2002, apresentam recuperação constante. O preço médio anual da saca de 60 kg de café exportado pelo Brasil subiu de 2006 para 2007.

O crescimento mais expressivo em receita cambial, em termos percentuais, ocorreu com a Síria: 72,32%. Também foi sig-

nificativo o crescimento da receita com exportação para a Argentina (41,24%), a Eslovênia (38,06%) e a Grécia (33,80%).

O principal comprador de café verde brasileiro em 2007, em volume, foi a Alemanha (-1,68%). O segundo principal importador foram os Estados Unidos (-4,81%), seguidos da Itália (+5,48%) e do Japão (+2,61%).

Brasil: exportação de café

Fonte	2007	2006
1. MAPA		
Receita (US\$ bilhões)	3,378	2,929
Quantidade (milhões de toneladas)	1,488	1,476
Preço médio (US\$/t)	2.270	1.985
2. Cecafé		
Receita (US\$ bilhões)	3,900	3,290
Quantidade (sacas de 60 quilos)	24.712.734	24.395.706
Preço médio (US\$/saca)	137,70	120,54

Fonte: MAPA e Cecafé

Rentabilidade da cafeicultura

A partir de 2009, caso não haja uma recuperação nos preços e melhor rentabilidade ao setor produtivo, os excedentes exportáveis podem cair para níveis inferiores aos registrados atualmente.

A chave para que o Brasil não perca espaço no mercado externo está nos preços pagos aos produtores. Segundo o CNC, para aumentar a competitividade e aumentar a participação no mercado, o cafeicultor precisa de uma remuneração que cubra seus custos de produção.

Por isso, é necessário o desenvolvimento de políticas que promovam a melhor distribuição da oferta no longo prazo, permitam a realização de novos investimentos e proporcionem renda aos produtores, com maior produtividade e redução de custos.

Oferta e demanda

Sem excedentes de grãos, a safra está sendo inteiramente demandada pela exportação e pelo consumo interno. Os estoques físicos estão nos menores níveis das últimas décadas.

Diante de um mercado justo, o governo e a cadeia produtiva do café devem aproveitar para estabelecer um plano de longo prazo, visando ao desenvolvimento do agronegócio.

Plano de desenvolvimento da cadeia produtiva do café

- Produtividade para incrementar renda e competitividade à lavoura;
- Inserção competitiva da agricultura familiar;
- Posicionamento estratégico do Brasil no mercado mundial de café;
- Investimento na inovação e na renovação do parque industrial;
- Conquista de novos mercados para produtos com maior valor;
- Mais exportação e consumo interno, com vantagens para a cadeia produtiva.

Consumo interno

O mercado interno, estimado em 18,1 milhões de sacas em 2008, representa um consumo *per capita* de 5,83 quilos de café em grãos cru ou 4,68 quilos de café torrado, quase 78 litros para cada brasileiro, por ano. Um resultado próximo ao dos países desenvolvidos.

Café: consumo *per capita*

País	Quilos por ano
Alemanha	5,86
França	5,07
Itália	5,63

Fonte: OIC

OIC é depositária do AIC de 2007

A 99ª Sessão Especial do Conselho da Organização Internacional do Café, realizada em Londres, decidiu que a OIC será depositária do novo Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007, que entrará em vigor a partir de outubro deste ano. Anteriormente, a Seção de Tratados da Organização das Nações Unidas exercia a função de depositária.

Por que aumenta o consumo de café no Brasil

- Melhoria contínua da qualidade, por meio do PQC – Programa de Qualidade do Café e do Selo de Pureza;
- Incorporação de tendências mundiais, como o caso dos Cafés Sustentáveis do Brasil, programa que oferece uma garantia de certificação completa, desde a lavoura até a xícara;
- Crescimento do consumo fora do lar e do segmento de cafeterias e casas de café, que também ganharam um programa de certificação, o Círculo de Café de Qualidade (CCQ);
- Melhor percepção do café quanto aos benefícios à saúde;
- Expansão da massa salarial, emprego e contingente de consumidores que migraram das classes D e E para a classe C.

Fonte: Abic

A OIC será o local onde os 77 países signatários – dos quais 45 produtores, 32 importadores, e outros países que oficializam suas adesões – comparecerão para cumprir o Acordo e as exigências administrativas da OIC.

O prazo concedido para os representantes legais – embaixadores credenciados, chefes de Estado ou ministros das Relações Exteriores – assinarem o documento acordado vai até o dia 30 de agosto. No Brasil, esse documento precisa ter a aprovação do Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, e ser promulgado pelo presidente da República.

Paralelamente à Sessão Especial, a Junta Executiva realizou sua 266ª reunião, que tratou de assuntos administrativos, de gestão interna como orçamento, receita e despesa, contribuição, análise de projetos de interesse da cafeicultura.

Foi aprovada a proposta brasileira de implantação da Rede de Promoção de Café, em nível mundial, para criar comunidades virtuais e troca de informações e desenvolvimento de mercado. Estão previstas ações pela *internet*: Café e Saúde, Café na Escola, Qualidade, Modo de Preparo, Ciência, Tecnologia, Pesquisas, Eventos, entre outros temas.

A realização da 3ª Conferência Mundial do Café, que ocorre em 2010, também foi discutida entre os membros da OIC. A delegação da Guatemala manifestou interesse em sediar a conferência. As duas edições anteriores foram sediadas em Londres e Salvador, respectivamente, em 2000 e 2005.

Maior concorrência

Uganda, Peru e Guatemala e Indonésia anunciam iniciativas para divulgar sua produção de café e ampliar as exportações. Uganda poderá aumentar em até 100% o volume e a valorização do café com investimentos em pesquisa e insumos subsidiados aos produtores. Para a safra 2007/2008 a estimativa de produção é de cerca de 2,8 milhões de sacas.

A Câmara Peruana de Café também comunicou que as exportações poderão aumentar em 25%, para US\$ 550 milhões, em 2008. A Guatemala busca atrair uma maior atenção do mercado com a candidatura para realizar a 3ª Conferência. A Indonésia também desponta como importante exportador, com expressivo aumento no valor das vendas externas, na ordem de 18,4%, com a soma de US\$ 589,5 milhões.

FEVEREIRO

Reunião do CDPC

O CDPC realizou a sua 55ª Reunião Ordinária. Entre os itens da pauta:

- Financiamentos do Funcafé para as operações de custeio, colheita, estocagem e FAC;
- Investimento em 2008;
- Voto para o Conselho Monetário Nacional (CMN) incluir as dívidas vencidas em 2007;
- Lançamento do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-Pepro/Café.

MARÇO

Competitividade da lavoura

A Sustentabilidade Econômica da Cafeicultura foi o tema do 9º Simpósio Nacional do Agronegócio Café (Agrocafé), em Salvador (BA), com discussão de temas como competitividade e comercialização da produção, qualidade e certificação agrícola para o mercado, exportação de café industrializado e perspectivas para a economia cafeeira. O evento teve apoio financeiro do Funcafé, por meio de convênio celebrado entre o MAPA e a Associação dos Produtores de Café da Bahia (Assocafé), entidade promotora do Agrocafé.

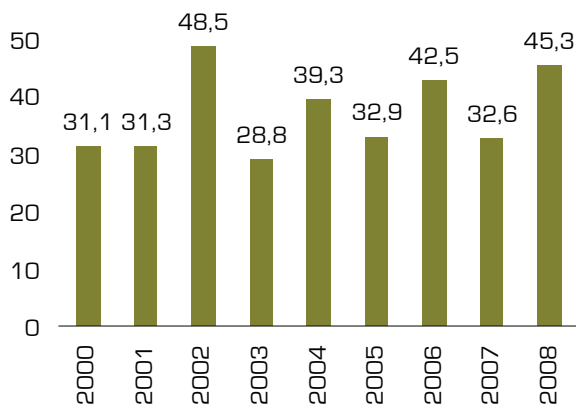
Participação do Foodex

Produtores, industriais e exportadores dos *Cafés do Brasil* e representantes do governo brasileiro participarão da 33ª Exposição Internacional de Alimentos e Bebidas – Foodex Japão 2008, no Centro de Convenções Makuhari Messe, em Chiba, região metropolitana de Tóquio. Material informativo sobre a cafeicultura brasileira e a história da imigração japonesa para o Brasil, em inglês e japonês, foi distribuído no encontro em homenagem aos primeiros trabalhadores do Japão que, em 1908, vieram para as lavouras de café em São Paulo.

Os *Cafés do Brasil* estiveram presentes no Pavilhão Brasil, com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sob a coordenação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). No estande, de 100 m², foram realizadas rodadas de negócios e degustação de cafés de várias regiões brasileiras.

O material promocional foi elaborado sob orientação do Comitê Diretor de Promoção e Marketing, órgão auxiliar do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), responsável pela aprovação do convênio entre o Mapa e a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), para viabilizar a participação dos *Cafés do Brasil* no evento.

Brasil: produção de café (milhões de sacas)



Fonte: Mapa

ABRIL

Oportunidades e desafios

Promovido pelo Centro de Inteligência do Café e pela Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA, o Workshop Agenda Estratégica: Pensando o Agronegócio Cafés do Brasil reuniu entidades, como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (Abics).

Para o ministro Reinhold Stephanes, a união do setor é fundamental para o estabelecimento de uma política de médio e

longo prazos. As questões que mais preocupam hoje são a valorização do real ante o dólar, a alta dos preços dos insumos e a dívida rural.

Entre as ações executadas pelo governo para fortalecer o setor estão:

- Consulta pública para regularizar a padronização da qualidade do café moído e torrado;
- Incentivo ao diálogo;
- Definição do marco regulatório e na fiscalização do setor;
- Atualização do preço mínimo na Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM);
- Apoio e promoção dos cafés do Brasil no País;
- Linhas de financiamento do Funcafé;
- Fortalecimento do consórcio de pesquisa, coordenado pela unidade de Café da Embrapa;
- Aperfeiçoar os levantamentos da safra de grãos, dos estoques e do custo de produção;
- A importância do CDPC como órgão catalisador e deliberativo das políticas públicas.

Agenda estratégica do café

Criação de um grupo de trabalho (GT) para desenvolver a agenda estratégica da cafeicultura brasileira foi um dos temas da reunião do CDPC, realizado em Brasília. A base da proposta foi traçada no workshop Pensando o Agronegócio Cafés do Brasil.

Limites do financiamento

O CDPC autorizou a ampliação dos limites de financiamentos das operações de custeio e colheita do Funcafé, para estimular os tratos culturais com mais investimentos na lavoura e reduzir a pressão de venda sobre o cafeicultor durante a colheita.

Funcafé: operações de custeio e colheita

Por hectare	Passa de R\$ 2 mil para R\$ 3 mil
Por produtor	Passa de R\$ 250 mil para R\$ 400 mil
Área	Até 133 hectares

Fonte: Funcafé

Recursos para comercialização

O MAPA disponibilizará R\$ 300 milhões das Operações Oficiais de Crédito (OOC), que são recursos do Tesouro Nacional, para apoiar a comercialização da safra 2008 do café. Foi também criado um grupo de trabalho, pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), para fazer a modelagem técnica dos leilões do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) e discutir o valor do preço de referência e o valor do prêmio.

Câmbio valorizado, custo de mão-de-obra e preços elevados para os adubos oneram o custo de produção. Em regiões montanhosas, do sul de Minas, a mão-de-obra chega a representar, em média, 50% do custo da produção da saca de café. O Pepro é um dos mecanismos de apoio à comercialização dos produtos



agrícolas, que permite ao governo equalizar o preço de venda com o custo de produção da saca de café

Pepro – O Pepro é um instrumento que permite ao governo federal garantir um patamar de preço ao produtor (preço de referência). Trata-se, na prática, de uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural ou à cooperativa. A contrapartida é a de que eles se disponham a vender o seu produto pela diferença entre o valor de referência fixado pelo governo e o valor do prêmio a ser arrematado no pregão

MAIO

Grande safra

A produção brasileira de café beneficiado deve atingir neste ano 45,54 milhões de sacas de 60 quilos. O volume representa 35% a mais que a safra anterior. Serão 34,70 milhões de sacas do tipo arábica e 10,84 milhões de *conilon*. Os números fazem parte do segundo levantamento da safra de café 2008, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Esta é a segunda maior safra dos últimos dez anos, ficando atrás apenas da produção histórica do ciclo 2002/03,

quando alcançou 48,48 milhões. O rendimento é consequência da bienalidade positiva da cultura, que se altera entre um ano de alta, seguido por outro de baixa. Os investimentos em tratos culturais e as chuvas, que ocorreram no fim de 2007 nas principais regiões produtoras, também contribuíram para resultado atual.

O Sudeste responde por 84,32% da produção nacional. O maior destaque fica com Minas Gerais (22,9 milhões de sacas). O Espírito Santo ocupa o segundo lugar com 10,52 milhões de sacas, seguido por São Paulo com 4,7 milhões. Nas outras regiões, os maiores produtores são a Bahia e o Paraná que produzem, juntos, 4,62 milhões de sacas.

Mecanismos compensatórios

A fraqueza do dólar em relação às outras moedas, mais as persistentes altas dos preços do petróleo, levaram alguns países exportadores de café a adotar mecanismos compensatórios de apoio aos produtores. É o caso do programa de leilão de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) no Brasil, para um volume máximo de 4 milhões de sacas. Na Colômbia também foi anunciado um programa que vai fornecer fertilizantes aos cafeicultores, em um volume equivalente a 24% dos custos anuais com o insumo.

Reunião da OIC

Foi realizada a 100ª Sessão do Conselho Internacional do Café da OIC (Organização Internacional do Café), na sede da entidade, em Londres. O ponto de destaque foi o detalhamento dos procedimentos em relação ao novo AIC (Acordo Internacional do Café), para entrar em vigor no quarto trimestre deste ano.

Entre os pontos debatidos está a questão do papel das organizações não-governamentais (como a Oxfam) na esfera da OIC. No que tange à admissão desses membros, a posição brasileira é contrária. As ONGs não representam interesses de governos. O consenso é de que a participação dos observadores seja pontual, somente quando houver um assunto específico.

As diferentes variações do dólar norte-americano em relação às moedas dos países produtores geram diversos parâmetros em termos de competitividade. No *ranking* das perdas com o câmbio, ao longo dos últimos quatro anos, o Brasil registrou valorização de aproximadamente 40% sobre a divisa americana. Na sequência, vêm Colômbia (30%), Uganda (13%) e Índia (11%). Na contramão, as moedas locais de Honduras, Vietnã, Indonésia e México registraram desvalorizações na conversão para dólar. Com isso, essas nações ficaram mais competitivas no mercado externo.

JUNHO

Falta de produto

Nos últimos três anos o consumo mundial de café cresceu em torno de 7% ao ano, o que corresponde a aproximadamente 800

mil sacas do produto ao ano. Esses números são bem maiores que os incrementos registrados na sua produção.

Mundo: produção, consumo e exportação de café (milhões de t)

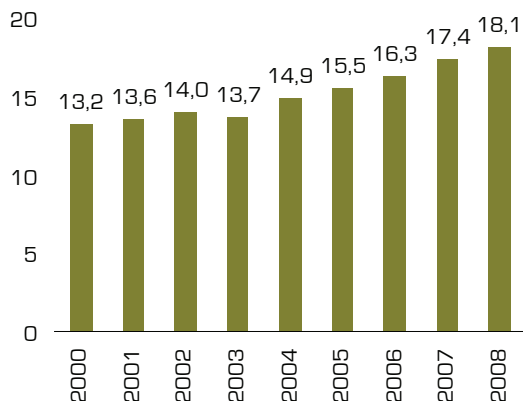
Item	2006/07	2007/08
Produção	117,00	127,00
Demanda	120,52	122,34
Exportação	92,11	95,52

Fonte: OIC

Consumo

As campanhas de estímulo ao consumo do produto desenvolvidas em vários países, como o próprio Brasil e os Estados Unidos, ajudam no crescimento do consumo da bebida. Os estudos científicos sobre os benefícios do café à saúde desmitificam a história de que beber muito café faz mal.

Brasil: consumo per capita de café (kg/habitante/ano)



Fonte: Abic

JULHO

Estoques privados

Brasil: estoques privados de café no Brasil em 31 de março (milhões de sacas)

Item	2008	2007
1.Privado		
Arábica	9,587	16,700
Robusta	0,778	0,803
Sub-total (1)	10,365	17,503
2.Governo		
Sub-total (2)	0,718	1,800
Total (1+2)	11,083	19,303

Fonte: Conab

Cafeterias na Ásia

No centro financeiro de Tóquio, a poucos metros do Palácio Imperial, uma cafeteria ostenta um vistoso letreiro em português: Café do Centro. O Japão é o terceiro maior consumidor de café *gourmet* do mundo. A rede americana Starbucks tem no país seu maior mercado estrangeiro. Uma xícara de café *espresso* na loja japonesa custa, em média, US\$7,00.

O desempenho da primeira cafeteria estimula a abertura de outras em Taiwan. Filipinas e no próprio Japão. A Coreia do Sul atraiu a marca Café Tiradentes. Duas cafeterias foram abertas em Seul, uma em 2006 e outra no fim de 2007.

Para a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), Cristian Santiago, a estratégia dos empreendedores brasileiros é acertada. Os asiáticos têm descoberto o consumo “ocidental” do café – em cafeterias, bares e restaurantes. Exportar a marca nas cafeteria ajuda na conquista do varejo local e introduz o hábito no consumidor.

Liberação do Funcafé

O Funcafé, da Spae, do MAPA, liberou mais R\$ 93,5 milhões, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,1 bilhão dos R\$ 2,1 bilhões autorizados para a comercialização da safra 2008 de café.

Renda no vermelho

De 2004 a 2008, o custo econômico de produção por hectare de café aumentou em 70%. Neste ano, o fator de maior impacto foi o adubo (nutrição): passou de R\$ 1.718,00 para R\$ 2.874,00. Um aumento de R\$ 38,00 por saca

Dentro desse contexto, podemos trazer as comparações dos custos em R\$/saca de 60 kg, que calculamos dentro dos mesmos parâmetros (componentes do custo de produção), desde 2004:

Custo de produção de café

Ano	R\$ por saca	Índice (2004=100)
2004	193,00	100
2005	212,00	110
2006	236,00	122
2007	265,00	137
2008	328,00	170

Fonte: Associação dos Cafeicultores de Araguari

A situação preocupa porque os preços dos adubos permanecerão elevados no mercado internacional a médio prazo, sendo o Brasil dependente do suprimento externo, em:

- 92 % do cloreto de potássio;
- 75% da uréia;
- 50% de P₂O₅.

Com o mercado feito nas portas das cooperativas e dos comerciantes de café, nas mais distintas regiões produtivas, o preço médio recebido pelo produtor é de R\$ 235,00 a saca, com os descontos de Funrural, seguros, armazenagens, comissões, cargas e descargas etc.

Café: custo econômico de produção por hectare

Produto	Quantidade	R\$
1. Nutrição		
Uréia	0,80 quilos	1.260,00
Cloreto de potássio	0,60 quilos	1.038,00
Super Simples	0,40 quilos	296,00
Adubo Foliar Formulado	12,00 quilos	180,00
Calcário Dolomítico + frete	2,00 quilos	100,00
Sub-total (1)		2.874,00
2. Defensivos		
Granulado de solo	12,00 quilos	600,00
Fungicida Foliar – 2x	80,00 litros	120,00
Inseticida para broca	16,00 litros	32,00
Herbicida	13,00 litros	52,00
Fomicidas	10,00 quilos	20,00
Sub-total (2)		824,00
3. Mão-de-obra		
Fixa		2.291,00
Colheita		2.208,00
Terreiro/beneficiamento		360,00
Sub-total (3)		4.859,00
4. Custos Indiretos diversos *		1.283,00
Total geral		9.840,00
Custo econômico por saca beneficiada		328,00

Fonte: Associação dos Cafeicultores de Araguaí. * Impostos, energia, manutenção e retirada do proprietário (entre 15% e 20% do custo total)

A diferença do preço de venda para o custo econômico de produção chega a R\$ 93,00 a saca, de modo generalizado, sem entrar nas diferenças específicas e particulares. Se fosse considerado apenas o custo total (sem levar em conta a remuneração do produtor) essa perda cairia para cerca de R\$ 40,00. Muitos produtores deixaram de realizar uma colheita bem feita, com sobra de café na planta e na varreção.

Sugestões para amenizar a situação

- Previsões de produção com aprofundamento técnico e critérios transparentes. Números absurdos aumentam a produção em até 15 milhões de sacas e deixa o mercado baixista, em detrimento de 300.000 produtores;
- Garantia de um preço mínimo superior a R\$ 328,00/a saca;
- Repactuar as dívidas vencidas e acertar o passivo bancário. Muitos produtores estão endividados, sem alternativas de financiamentos;

Como está prevista uma duração de dois a três anos dos preços do adubo em altos patamares, faz-se necessária uma política de financiamento aos produtores para manter suas lavouras nutridas até o retorno da normalidade.

AGOSTO**Vendas externas no primeiro semestre**

Todos os tipos de cafés exportados tiveram seus preços médios majorados no primeiro semestre deste ano, em comparação ao do ano passado. Como as quantidades embarcadas também cresceram, as receitas mostraram as maiores variações.

Exportação no primeiro semestre

Especificação	2008	2007	Var %
1. Verde			
Quantidade (toneladas)	723.627	668.950	8,17
Receita (US\$ bilhão)	1.789	1.598	11,95
Preço médio (US\$ por t)	2.675	2.208	21,15
2. Torrado e moído			
Quantidade (toneladas)	3.852	1.496	157,48
Receita (US\$ milhões)	20.443	6.692	205,48
Preço médio (US\$ por tonelada)	5.307	4.473	18,64
3. Solúvel			
Quantidade (toneladas)	39.179	33.287	17,70
Receita (US\$ milhões)	284.843	201.842	41,12
Preço médio (US\$ por tonelada)	7.270	6.064	19,89

Fonte: MAPA

Queda nos estoques**Leilão de estoques de café – primeiro semestre**

Item	2008	2007
1. Leilão de estoques		
Oferta (sacas)	171.666	1.150.000
Venda (sacas)	161.089	1.105.879
Receita (R\$ milhões)	31.509	220.659
Estoques governamentais	521.501	1.279.000

Fonte: MAPA/MDIC

Engenheiro agrônomo, cafeicultor e MBA na FGV. Colaboração: Naiara de Cássia Lara Dutra

Planejando o futuro

Aguinaldo José de Lima¹
Carlos H. J. Brando²



O PLANEJAMENTO estratégico da cafeicultura brasileira a médio e longo prazos, elaborado em comum acordo pelos participantes da cadeia produtiva, tem sido um objetivo perseguido há anos sem grandes resultados práticos. Sua necessidade é ainda mais premente no momento atual, em que nossa competitividade encontra-se comprometida pelo câmbio adverso e pelos aumentos de custos de mão-de-obra e fertilizantes.

Para enfrentar esse desafio, serão aplicadas ferramentas para, de um lado, conhecer as preocupações e anseios dos elos da cadeia e, de outro, envolver especialistas na busca de soluções consensuais tecnicamente viáveis. O trabalho foi dividido em três etapas distintas: diagnóstico, agenda estratégica e plano estratégico.

Diagnóstico

O diagnóstico ocorreu por meio de uma análise de competitividade feita com os setores – produção, comércio, indústria e governo – que definiram, sob sua ótica própria, os pontos fracos e fortes, as ameaças e as oportunidades do agronegócio.

Tais informações foram consolidadas numa única matriz de competitividade que foi exaustivamente discutida no Workshop Pensando o Agronegócio Cafés do Brasil, realizado em Brasília, no dia 17 de abril de 2008, com a participação de cerca de 50 líderes do agronegócio, governo e consultores. Os trabalhos envolveram sessões plenárias e discussões em grupo para definir pontos de convergências e priorizar os itens que compunham a matriz, assim completando o processo de diagnóstico.

Agenda Estratégica

Em 3 de junho de 2008, o ministro da Agricultura constituiu um grupo de trabalho, criado pela Portaria-GM/MAPA nº510, para elaborar com base no diagnóstico uma Agenda Estratégica do Agronegócio Cafés do Brasil, em um prazo de 120 dias. Essa parte dos trabalhos:

- Recomendou encaminhamentos e ações para serem implantados em prazos que variam de 60 a 120 dias, conta-

dos imediatamente a partir da aprovação pelo ministro e pelo CDPC do relatório elaborado pelo GT.

Identificado na matriz de competitividade e com propostas de ações específicas, agenda elegeu 12 temas:

- Estatísticas de produção, estoques, consumo e custos;
- Pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- Capacitação, treinamento e difusão da tecnologia;
- Certificação, produção integrada e indicação geográfica;
- Comercialização;
- Inteligência competitiva;
- Publicidade e *marketing*;
- Exportação de café industrializado;
- Indústria de café torrado e moído;
- Governança;
- Funcafé;
- Legislação.

A manutenção e ampliação da competitividade do agronegócio Cafés do Brasil são o próprio objetivo e razão da elaboração da agenda estratégica, estando assim implícitos em todos os temas acima. A ordem será definida em função da relevância e urgência dos planos estratégicos, como resultado das recomendações da agenda.

A agenda resultou do trabalho de um grupo cujos participantes foram progressivamente se afinando e harmonizando, com a conseqüente convergência de opiniões e recomendações. O próprio grupo de trabalho ficou incumbido, por meio de nova portaria ministerial, de acompanhar a execução dos trabalhos recomendados pela agenda estratégica por um período de até um ano a partir de sua aprovação pelo CDPC. Para a boa execução e gestão dos trabalhos da agenda estratégica, foi nomeado um secretário-executivo vinculado ao DCAF/Spae/MAPA.

Plano Estratégico

O plano estratégico para o agronegócio Cafés do Brasil resultará da execução das ações propostas na agenda estratégica, ou seja, da implementação de seus termos de referência, com posterior priorização de seus itens, mediante arranjos e atividades propostas na agenda estratégica, a saber:

- *Workshops* com participação ampla, em casos de temas que ainda carecem de uma definição mais clara;
- Comitês de trabalho envolvendo os setores relevantes, em casos de temas em que a agenda já elencou possíveis estratégias;
- Ações específicas dos Comitês Diretores do CDPC – Planejamento Estratégico, Pesquisa e Desenvolvimento, e Promoção e Marketing –, em casos em que as estratégias já são conhecidas mas falta formatação ou finalização.

Em todos os casos está prevista a possibilidade de contratar consultores quando necessário.

O prazo proposto para a criação do plano estratégico é de 360 dias, embora as ações mais longas previstas na agenda es-

estratégica tenham prazos máximos de apenas 120 dias. A idéia é dispor de tempo suficiente para discutir e validar as propostas, assim criando um plano que realmente reflita a vontade coletiva do agronegócio. De outro lado, a pré-definição de propostas estratégicas já no primeiro semestre de 2009 permitirá que as ações sejam incluídas no orçamento de 2010.

Em se cumprindo a agenda estratégica, o agronegócio Cafés do Brasil deverá ter, já em meados de 2009, um plano estratégico que responda aos desafios do século 21 e permita garantir e mesmo ampliar a liderança brasileira no mercado mundial com tecnologia, qualidade e inovação da semente à xícara.

1 Assessor especial do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Reinhold Stephanes, e coordenador-geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério.

2 consultor de marketing da P&A Marketing Internacional.

Balanço do mercado

Breno Pereira de Mesquita



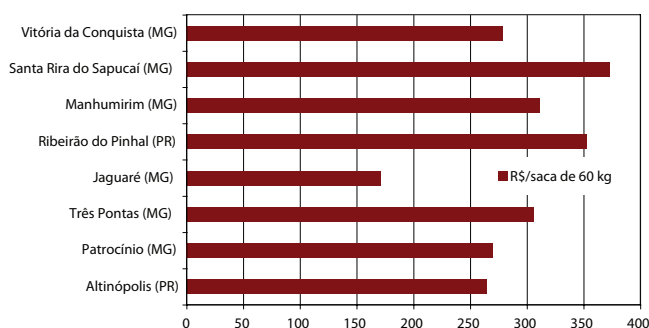
AO LONGO das últimas safras, os cafeicultores têm sofrido perdas provenientes de adversidades climáticas, apreciação cambial e, principalmente, aumento contínuo dos custos de produção. Como consequência, o fechamento do caixa vem sendo negativo. Como as movimentações de preço no mercado internacional não compensaram a elevação dos gastos com a lavoura, há um cenário de dificuldade para o incremento da área e da produção brasileira na safra 2008/09.

De novembro de 2007 a agosto de 2008, os custos de produção do café subiram 22,88%, conforme dados do levantamento realizado mensalmente pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Universidade Federal de Lavras (Ufla), disponibilizados no informativo *Ativos do Café*. Entre os custos operacionais efetivos de cada região analisada pelo projeto, o município de Santa Rita do Sapucaí, do sul de Minas Gerais, cuja colheita é totalmente manual, aparece com o maior custo de produção de café arábica no Brasil, de R\$ 373,03. O município de Altinópolis, que possui em torno de 70% de colheita mecanizada e 30% de colheita manual, possui o menor custo de produção. Cabe ressaltar que, no município de Jaguaré, a produção é estritamente de café *conillon*.

A preocupação do segmento produtivo é assegurar uma comercialização fora da faixa de prejuízo financeiro, não somente para manter as condições adequadas de condução

da lavoura, mas principalmente para que o cafeicultor possa honrar seus compromissos, assegurando um mínimo de bem-estar aos parentes e trabalhadores rurais dependentes do café. A rentabilidade dos produtores depende da variação dos custos de produção e dos preços recebidos no momento da comercialização.

Brasil: custo de produção



Fonte: CNA/Ufla

Ao desmembrar os custos com a lavoura de café na fase final da colheita, verifica-se que os gastos com insumos representaram, em agosto de 2008, 40,05% dos custos totais. Somam-se os gastos referentes à colheita e ao beneficiamento do café, que foram de 22,92%, os custos de 15,36% com mão-de-obra fixa e de 5,81% com depreciação e de outros custos, que totalizam 15,87%.

Um dos problemas enfrentados pelos produtores é a alta dos preços dos insumos, que compromete a renda dos produtores. O aumento mais evidente nos custos de produção é nos preços dos fertilizantes, que variaram 53,13% desde o início do levantamento. É o item que mais impactou no custo de produção.

A expansão da produção do café, principalmente neste ano de safra bianual cheia, exigiu maior aplicação de tecnologias de adubos e fertilizantes, contribuindo para a alta dos custos da lavoura e a elevação dos preços dos produtos finais. A cotação dos preços do petróleo é outro item que interfere diretamente nos aumentos constantes dos preços dos fertilizantes, uma vez que são usados derivados de petróleo na fabricação do insumo.

Assim, para aumentar a produção e responder ao desafio de minimizar o problema da crise de alimentos no mundo, a cafeicultura deve capitalizar-se, para fazer frente aos passivos que vem carregando ao longo de safras passadas. Nesse momento, a competitividade da lavoura depende da recuperação dos preços nesta safra de ciclo alto. E, para melhorar essa competitividade, o cafeicultor deve ter um preço compatível, para que se possa investir em novas tecnologias e manejo cultural.

É importante ressaltar que o comportamento do mercado cafeeiro internacional não se baseia apenas em suas variáveis fundamentais. Assim, a movimentação financeira dos fundos internacionais, constantemente atraídos pela maior volatilidade e rentabilidade de outros produtos, tais como petróleo e açúcar,

muitas vezes se contrapõem às conjunturas baseadas exclusivamente em variáveis como estoques, consumo e produção.

A formação de preços ao longo de 2008 está diretamente relacionada à estratégia comercial a ser adotada pelo País, cuja produção está estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 45,85 milhões de sacas. Assim, o deslocamento do volume excedente deverá ser viabilizado ora pela disponibilização de linhas de crédito, que fomentem a estocagem do produto, ora pela introdução de mecanismos de comercialização futura, como as opções de venda privadas e públicas.

Nesse sentido, a cafeicultura do Brasil, diante de sua posição de maior produtor e segundo maior consumidor mundial de café, tem o desafio de repensar a política setorial, com o objetivo de viabilizar a manutenção do negócio para os milhões de produtores. É importante adequar os instrumentos dessa política à diversidade de sistemas de produção existentes no País e suas particularidades.

Cafeicultor, presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Aplicação do Pepro?

José Milton Dallari



DESDE A sua introdução na cafeicultura, em 2007, muito se tem falado a respeito do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor, o Pepro, com posicionamentos favoráveis ou não. O fato é que essa ferramenta de mercado traz muitos benefícios, os quais surgem como compensadores das perdas dos produtores ocasionadas por uma série de motivos, entre os quais a política macroeconômica adotada pelo governo e o elevado custo de produção da saca de café.

Mas, enfim, o que é o Pepro? Segundo explicação oficial da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), trata-se de uma subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender o produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. O prêmio é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo desse Valor de Referência.

Em relação à regulamentação do instrumento, vale destacar que as operações obedecerão ao Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor n.º

001/06, publicado no *Diário Oficial da União* na edição de 21 de junho de 2006 e, também, aos avisos específicos, a serem divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento e disponibilizados para consulta no portal da estatal (www.conab.gov.br).

O produtor rural e/ou sua cooperativa são os autorizados a participarem do Pepro. Para participar do leilão, os interessados deverão se dirigir a uma Bolsa de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros e procurar um corretor, autorizando-o, por escrito, a fazer as negociações em seu nome. Somente os corretores credenciados pelas Bolsas poderão fazer lances para negociar o Prêmio Equalizador oferecido pelo Governo.

Ao receber a autorização do produtor e/ou da cooperativa, o corretor providenciará o cadastramento do cliente na Bolsa para a qual opera. Para tanto é necessária a comprovação do efetivo exercício de sua atividade (por meio de Registro em Entidade de Classe, Registro no Incraa, Declaração de Imposto de Renda ou outra comprovação legalmente reconhecida).

Como se trata de uma operação de subvenção, a legislação exige que o interessado esteja, na data do leilão, em situação regular no Sicaf (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no Sircoi (Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab) e no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não-Quitados do Setor Público Federal).

Em conjunto com o seu corretor, o interessado deverá encontrar um comprador que se disponha a adquirir seu produto por, no mínimo, a diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

O leilão será realizado por intermédio do SEC (Sistema Eletrônico de Comercialização) da Conab, na modalidade de cartela, na qual todas as Bolsas credenciadas ficam simultaneamente interligadas. A Conab, por sua vez, divulgará o aviso específico contendo todas as condições da operação por meio das Bolsas e também em seu portal, com antecedência mínima de cinco dias úteis. O interessado não precisa se deslocar para participar do leilão, pois o corretor fica encarregado de fazer os lances de acordo com seu interesse, sendo o seu representante legal em todas as etapas da operação.

O Prêmio Equalizador a ser recebido é fixo, com o valor a ser pago correspondendo ao de fechamento em leilão. No que se refere aos custos para participação no leilão, devemos lembrar, serão única e exclusivamente a comissão ajustada entre produtor/cooperativa e o corretor autorizado.

Pós-leilão — O arrematante do Prêmio Equalizador deverá observar rigorosamente as condições e as datas estabelecidas no aviso específico e efetuar uma série ações, as quais são descritas pela Conab do seguinte modo:

1. A emissão da Nota Fiscal de Venda, no mínimo, pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado no leilão, obedecendo a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação;

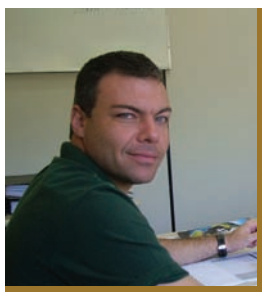
2. A entrega do produto no prazo estipulado;
3. O envio da Declaração de Produção e a apresentação da comprovação de colocação do produto na região de destino na Superintendência Regional da Conab que jurisdiciona a Unidade da Federação de origem do produto, mediante a apresentação de toda a documentação exigida no aviso específico;
4. O arrematante que não efetuar a comprovação da venda do seu produto correspondente, no mínimo, a 95% do prêmio arrematado, ficará inadimplente perante a Conab pelo valor da diferença, dando-se prosseguimento à quantidade efetivamente comprovada; e
5. O descumprimento dos prazos previstos acarretará o cancelamento automático da operação, sendo aplicado ao arrematante as sanções previstas no Regulamento e no aviso específico.

A última ação que envolve as operações com o Pepro é o recebimento do prêmio por parte do produtor e/ou cooperativa. O pagamento ocorrerá no prazo de dez dias úteis após a apresentação completa e correta dos documentos que comprovam a colocação do produto na região de destino ou na forma constante do aviso específico. O prêmio será pago proporcionalmente à quantidade efetivamente comprovada.

Consultor empresarial e diretor administrativo e financeiro do Sebrae-SP.

Educar para comercializar

Marllon Braga Petrus



COMO EM qualquer negócio, ter domínio do custo de produção é o passo inicial para que a cafeicultura prospere. Como o produtor pode trabalhar seu próprio custo, tem a chance de detectar qual componente pode ser reduzido. A partir daí, possui condição de estipular com segurança quanto buscar ter de lucro, o que lhe permite perseguir um nível de preço a ser alcançado na venda.

Sendo um mercado que trabalha sempre com alta volatilidade, da mesma forma que passa por períodos de preços excessivamente baixos, o café também vive períodos de preços muito atrativos. O produtor sempre deve ter uma cotação alvo definida para comercializar, embasado no custo de produção e no lucro esperado. Quando as cotações alcançam o patamar desejado, deve vender sem hesitação.

Porém, mesmo conhecendo seus gastos com o cafezal, o produtor ainda não está apto a operar no mercado de futuros. É preciso conhecer o seu funcionamento, o *hedge* de moedas e dispor de recursos para bancar margens de garantia e ajustes diários. Algumas cooperativas, como a Cooparaíso, prestam esse serviço aos cooperados, gerenciando e mantendo as posições futuras, bem como repassando um preço final já fixo. Esse trabalho alivia o fluxo de caixa e libera o cafeicultor da tarefa de gerenciar a posição, ficando mais focado na produção.

Outras entidades se preocupam em colaborar com o produtor nesse sentido, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. É louvável o esforço de buscar a profissionalização do agricultor, já que é necessário gerir a produção como se fosse uma empresa, tendo como foco a lucratividade. E somente se obtém lucro a partir do momento em que é possível dominar os custos.

O mercado disponibiliza várias alternativas para o cafeicultor fixar um preço futuro, independente de possuir o produto no momento. Duas dessas opções são a CPR (Cédula de Produto Rural) e fixação futura, na qual se estabelece um preço — em dólar ou real — a ser recebido mediante entrega posterior do café.

É importante que o produtor tenha conhecimento e pratique essas alternativas de comercialização, com redução das vendas a prazo. Isso porque os vencimentos de dívidas ou compromissos financeiros acontecem a todos os produtores em um momento específico. É comum o mercado, nessas épocas, ficar ofertado e os preços caírem. O produtor deve ter em mente que a carência de venda em um momento específico não é somente dele, mas, provavelmente, de todos os outros, pois a necessidade de caixa é uniforme.

Como o mercado de café tem a característica de alta volatilidade, as boas oportunidades sempre acontecem. Nessas horas é crucial que se faça uma venda para vencimento futuro com o preço acima do custo e, se possível, com uma data de recebimento coincidente com a necessidade de fluxo de caixa.

Não vejo com bons olhos os produtores fazerem suas travas diretamente na Bolsa. Além de não resolver o problema de fluxo de caixa, é caro manter uma posição em aberto por um longo período, tanto pelo “margeamento”, quanto, principalmente, pelo ajuste diário.

Além da trava de preço na BM&F, deve-se também travar a moeda, fato que encarece ainda mais a operação. Devido à alta volatilidade, o cafeicultor pode ser pego de surpresa em um determinado momento, tendo que desembolsar significativo volume de recursos para bancar o ajuste de posição. Portanto, mais prudente seria o produtor trabalhar com alguma cooperativa capaz de estruturar e arcar com esses *hedges* futuros.

Com mais conhecimento sobre o melhor momento para comercializar seu produto, o cafeicultor tende a garantir renda. Com a atual crise, a nova realidade de crédito escasso e caro não permite erros. Isso “obriga” o produtor a se profissionalizar e agir de acordo com as oportunidades.

Atualmente, é comum produtores venderem apenas no momento em que necessita de fluxo de caixa, e não quando os preços são atrativos. Isso resulta em acúmulo de prejuízo, leva a um novo endividamento e cria um círculo vicioso. Daí emerge a importância de efetuar vendas com vencimentos programados sempre que o mercado sobe e oferece essa oportunidade.

Mas, como educar o cafeicultor brasileiro a operar ou mesmo a ter embasamento para acompanhar a negociação de seu café no mercado de futuros? Na verdade, tudo começa pelo bom conhecimento do custo, que induzirá o produtor a perseguir um nível de venda. O que me preocupa é o fato de que muitos produtores não têm controle sobre o custo de produção e, dessa forma, nunca saberão qual o preço ideal para a venda.

Infelizmente, é comum os produtores se “apaixonarem” por um patamar de preço. Muitos colocam na cabeça que querem vender a saca de café, hoje, por R\$ 300, mas esquecem de perguntar o porquê de vender nesse nível. Os R\$ 300 aparecem como um número cabalístico a ser perseguido, pois nem sequer se sabe qual o lucro resultante com a venda nesse valor. Por isso o produtor deve se “apaixonar” pelo lucro da atividade.

A melhor forma é educar o produtor a conhecer o seu custo real, que varia de acordo com o estilo de vida de cada um. Afinal, as ferramentas de travas futuras existem e estão disponíveis (*Colaboração: Paulo André Colucci Kawasaki, assessor de imprensa do CNC*).

Gerente do Departamento de Café da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso — Cooparaíso.

Aquecimento global

Paulo André Colucci Kawasaki

A IMINÊNCIA do aquecimento global trouxe à tona mais uma preocupação para o setor produtivo da cadeia do café. Projeções apresentadas demonstram que a cafeicultura terá que se deslocar para áreas com temperaturas mais amenas caso ações de mitigação ou adaptação não sejam tomadas.

De acordo com o chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, Eduardo Delgado Assad, no que se refere à mitigação, deve-se debater de que maneira o café poderia ajudar na redução de emissões de gases de efeito estufa e se o balanço de carbono do café é positivo ou negativo. “Sendo positivo, será que poderíamos colocar o café como um ‘captador’ de mecanismo de movimento limpo e a cafeicultura ser remunerada por isso?”, questionou.

Já no que se refere às ações de adaptação, Assad comentou que se deve buscar algum tipo de manejo para ser integrado à cafeicultura. “Em um primeiro momento, devemos considerar a possibilidade da arborização nos cafezais. Em um segundo instante, temos que analisar um pouco mais os efeitos positivos



— *que, em algumas ocasiões, até podem ser negativos* — do adensamento e, somente em último caso, a irrigação e qual o tipo utilizar”, esclareceu o pesquisador, lembrando que “a irrigação deve ser a mais econômica possível”.

Para o presidente do CNC (Conselho Nacional do Café), Gilson Ximenes, o aquecimento global é uma realidade e, exatamente por isso, a entidade vem tomando frente na intenção de colaborar com o setor produtivo nas ações de mitigação e adaptação. “Já estamos sentindo os efeitos de um mundo mais quente e sabemos que esse aumento da temperatura refletirá sobre a produção de café no País. Portanto, resta-nos adotar medidas preventivas para que a cafeicultura não seja prejudicada e continue gerando os mais de 8,4 milhões de empregos direta e indiretamente”, explicou. No dia 14 de outubro, o Conselho organizou uma palestra a seus associados indicando os caminhos a serem seguidos para que o aquecimento global não interfira de forma negativa na atividade cafeeira do Brasil.

O chefe-geral da Embrapa Café, Aymbiré Francisco Almeida da Fonseca, mencionou que o aquecimento global surge como um fato inusitado e incontestável. “Mantidas as atuais tendências, há uma preocupação com o que pode vir a acontecer com o desempenho da cafeicultura brasileira de arábica e robusta, muito embora os efeitos mais danosos previstos sejam relativos à primeira variedade”, anotou.

Eduardo Assad complementa a informação do pesquisador da Embrapa Café ao dizer que os cafés mais rústicos, como o robusta, adaptam-se melhor ao aumento da temperatura, mas pondera que o Brasil deu um grande salto na questão do arábica. “Em nosso país, vêm sendo desenvolvidas pesquisas com outras culturas, como soja, milho e feijão. Obviamente que essas culturas são anuais, diferentes de uma cultura perene como o café, mas podemos aproveitar o tipo de estratégia de adaptação e o conceito que estão sendo utilizados nelas para ver de que maneira isso pode ser inserido na atividade cafeeira”, explicou.

Ainda segundo o chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, o estado de São Paulo iniciou um projeto focando o *conillon*, não com o intuito específico de produzir a variedade, mas, sim, de mesclá-la com a arábica, buscando uma maior resistência a adversidades climáticas e a pragas e doenças. “É um projeto de pesquisa extremamente positivo. Contudo, precisamos de mais gente fazendo isso, porque apenas um é pouco. Paraná, Minas Gerais, São Paulo, entre outros estados produtores, têm que desenvolver trabalhos nesse sentido, pois notamos que as soluções serão cada vez mais específicas, regionalizadas”, projetou.

Os dois pesquisadores concordam que a mistura do *conillon* com o arábica é muito bem-vinda, já que traz maior tolerância à temperatura elevada. “Com base nisso, a solução para enfrentarmos os impactos do aquecimento global, em um primeiro momento, passa obrigatoriamente por muito investimento em ciência e tecnologia e, em outro momento, pela mudança nas linhas de crédito para a cafeicultura, haja vista que não existe nenhuma visando à arborização”, argumentou Assad. “Além

disso, incentivo a determinados sistemas mais eficientes tem que ser considerado no crédito agrícola e, principalmente, algo no sentido de agregar valor ao café em termos de balanço de gases de efeito estufa”, completou Aymbiré.

Recordando que a imprensa especializada muito publicou sobre os prováveis impactos que o aquecimento global ocasionará sobre a atividade cafeeira no Brasil, o presidente do CNC fez um alerta sobre a veracidade dos fatos. “O que vem sendo exposto nos meios de comunicação não é o fim da cafeicultura, como muitos entenderam, mas, sim, a possibilidade de um salto qualitativo da atividade ante uma grande ameaça, que é o aquecimento global”, comentou Ximenes.

Complementando tal informação, Eduardo Assad explicou que as entidades com foco nas pesquisas vêm demonstrando as possibilidades de redução do aquecimento e de adaptação da cafeicultura. “Mostramos o pior cenário possível com a exata intenção de evitá-lo com os trabalhos e pesquisas que desenvolvemos”, anotou o pesquisador, que concluiu lembrando que, “se nada for feito, aí sim é aberta a possibilidade para o café migrar para os estados com clima mais ameno, como os do Sul ou mesmo à Argentina”.

Assessor de imprensa e relações institucionais do Conselho Nacional do Café

Rol de benefícios

José Roberto Ribas¹
Nathan Herszkowicz²

SEGUNDO A Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o café é a segunda *commodity* mais comercializada no mundo em valor, perdendo apenas para o petróleo. Nos EUA, segundo a empresa de pesquisa de mercado Packaged Facts, em 2007, as vendas varejistas de café para consumo fora de casa e preparo nos domicílios movimentaram US\$ 44 bilhões. A afinidade com o café se repete no Brasil.

A solicitação dos médicos para limitar a ingestão de café apresenta uma característica diferente de eventuais motivos pessoais. A opinião médica altera radicalmente um hábito de vida e provoca a inclusão ou a remoção de produtos do carrinho de supermercado, ações essas justificadas naturalmente pela prudência do consumidor. De acordo com a pesquisa de opinião divulgada em 2005 pelo Ibope², a classe médica tinha maior índice de credibilidade entre os brasileiros, superior à da Igreja Católica e a das Forças Armadas.

Ciente da importância da comunidade médica como formadora de opinião para a demanda de café, a Abic instituiu, em 2004, um programa educativo denominado *Café e Saúde*, com o objetivo de esclarecer os benefícios do café aos profissionais da área de saúde.

Assim, o Grupo Gestor de Marketing do Café – GGM/Café encomendou uma pesquisa anual à InterScience, para a identificar as opiniões sobre os efeitos do café na saúde, a composição química da bebida, e as doenças originadas do consumo exagerado.

Estados Unidos: pesquisa com consumidores de café (2007)

Taxa de penetração da bebida	57%
Taxa de penetração dos refrigerantes	51%
Bebida é saudável	49%
Bebida melhora a concentração mental	61%
Produtividade aumenta após ingestão da bebida	59%
Médicos limitam o consumo da bebida.	31%

Fonte: Packaged Facts

Brasil: pesquisa com consumidores (2007)

Taxa de rejeição	
• café	5%
• bebidas alcoólicas	27%
• cervejas sem álcool	14%
• bebidas energéticas	12%
Por que os consumidores rejeitam o café?	
• faz mal a saúde	39%
• recomendação médica	7%

Fonte: InterScience. Tendências de Consumo de Café

Resultado da pesquisa	Observações científicas sobre os efeitos terapêuticos do café
De 8% e 9% dos profissionais pesquisados alegaram que o café afeta o sistema digestivo, provocando problemas gástricos e úlceras. A classe com maior incidência foi a dos nutricionistas, com 17%.	O consumo moderado de café – até três xícaras por dia – não causa efeitos adversos à saúde em adultos saudáveis (International Food Information Council Foundation – IFIC).
O café estimula o vício, na opinião de 8% dos profissionais pesquisados.	Não há indício de que a cafeína consequências físicas e sociais associadas ao uso excessivo de drogas. Por agir moderadamente no sistema nervoso central, sua ingestão contínua ocorre por hábito e não por vício. (World Health Organization)
Dentre os 11 cardiologistas pesquisados, um acreditava que o café causava problemas cardíacos.	A ingestão de café não prejudica o coração. É inconsistente o indício que liga o consumo de café ao risco de doença coronariana (National Research Council on Diet and Health, Framingham Heart Study e Harvard University)

Em 2006, a terceira edição da pesquisa revelou que 16% tinham opinião negativa sobre a influência do café na saúde, sendo que os principais motivos que os levaram a assumir tal posi-

ção, cotejando com observações sobre os efeitos terapêuticos do café informados por centros científicos, foram os seguintes:

Atualmente, pesquisas científicas permitem classificar o café como uma planta funcional nutracêutica⁴. Seus consumidores moderados comprovadamente têm menor risco de desenvolver doenças como Alzheimer, Parkinson, diabetes, cirrose, câncer na boca, no esôfago na faringe e no colo intestinal. Tais constatações apenas confirmam que o consumo de café, em doses moderadas de até três xícaras, é potencialmente benéfico para que se tenha um dia feliz e produtivo.

1 Professor Adjunto do Curso de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá. jose.ribas@estacio.br.

2 Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café. nathan@abic.com.br.

3 Realizada com amostra de 2.002 pessoas distribuídas em 143 municípios brasileiros

4 Significa que possui benefícios fisiológicos comprovados, proporcionando proteção contra algum tipo de doença crônica.

Tradição confirmada

Irene Raguenet Troccoli

EM MEADOS de agosto último, o Centro para Ciências de Interesse Público dos EUA divulgou uma boa notícia para os amantes de café: a influência da cafeína sobre a saúde humana não traz os prejuízos, tradicionalmente imputados, de:

- Ser mais diurética do que outras bebidas;
- Criar os problemas cardíacos ou de hipertensão;
- Manter relação direta com a incidência de câncer;
- Prejudicar a absorção de cálcio.

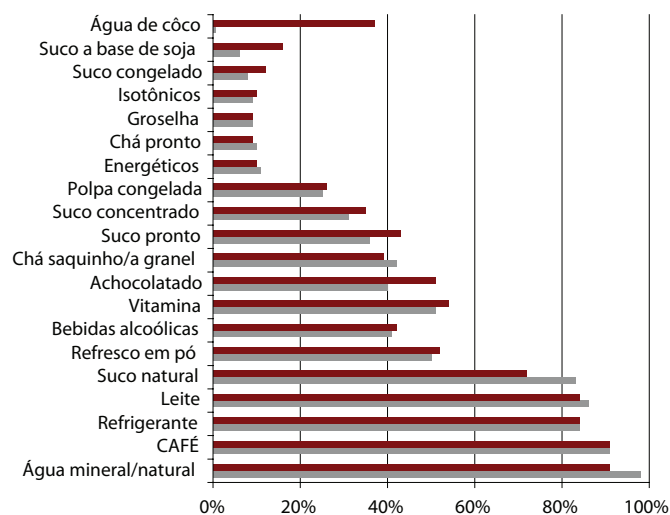
A reputação da cafeína parece ter sido resgatada pela sua capacidade de fazer os consumidores:

- Melhorarem o humor e os desempenhos físico e mental;
- Reduzirem risco de desenvolverem doenças como o mal de Parkinson e o diabetes tipo 2.

Essas informações serão utilizadas pela indústria cafeeira brasileira para derrubar tabus que ainda cercam o consumo da bebida no País, apesar de sua tradicional presença nos cardápios das famílias.

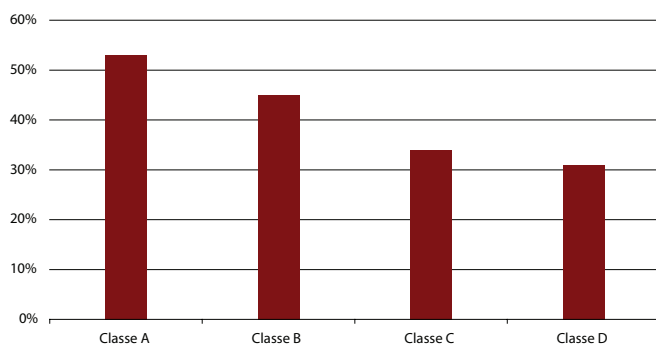
Para ter um retrato das eventuais mudanças do consumidor brasileiro de café, desde 2003 o Grupo Gestor de Marketing do Café (GGM/Café¹) encomenda o estudo *Tendências de Consumo de Café* à empresa Interscience. O levantamento ² tem o propósito de monitorar os rumos do consumo da bebida no País e subsidiar a estratégia de ação do segmento cafeeiro como um todo. Na pesquisa de 2007, a mais recente disponibilizada

Entrevistados que consumiram as bebidas em 2003 e em 2007



Fonte: InterScience

Entrevistados em 2007 que consumiram água de côco, por classe de renda



Fonte: InterScience.

pela associação, a amostra de 2.256 pessoas foi composta por homens (48%) e mulheres (52%), distribuídos nas classes sociais A, B, C e D³, com idades entre 15 anos e mais de 50 anos de idade, residentes em 17 cidades⁴.

Os tópicos abordados requerem uma visão da forma de entender a bebida em um contexto muito amplo, em que se misturam variáveis econômicas, culturais, nutricionais e concorrenciais.

A pesquisa destaca a contextualização do café no mercado de bebidas. Com o avanço da renda real no País, há uma crescente sofisticação do consumo de bens alimentícios, traduzido no aumento das opções de bebidas oferecidas ao público em geral.

Entre 2003 e 2007, entre 19 tipos de bebidas, o café permaneceu com sua preferência imutada, com 91%. Contudo, duas bebidas apresentaram evolução positiva muito acentuada no período: suco à base de soja (+ 167%) e água de côco (+ 7300%).

Os aumentos devem ser analisados de forma crítica, à luz da base muito baixa de 2003, de onde partiram (respectivamente,

apenas 6% e 1%). Mas, não se pode negar a força de ambas no segmento de bebidas, impulsionadas pelo aumento dos apelos nutricionais e de busca pelos alimentos saudáveis. Em 2007, por exemplo, os entrevistados de todas as classes sociais ampliaram seu consumo de sucos prontos comparativamente ao ocorrido em 2003. Por sua vez, a maior menção ao consumo de água de côco em 2007 ocorreu na classe A.

De qualquer forma, a *rearrumação* nos padrões de consumo de bebidas, caracterizada pelo crescimento da procura pelas bebidas entendidas como saudáveis, pode ser interpretada como uma ameaça apenas limitada ao consumo do café. Isso porque, ao perguntar aos entrevistados em 2007 por quais as bebidas o café foi substituído, os sucos naturais feitos na hora foram situados em segundo lugar, com percentual de menções (28%) muito inferior aos 41% do primeiro colocado, que foi o leite – que, embora também obviamente saudável e de alto poder alimentício, não é visto pela *geração saúde*, como tão capaz de proporcionar benefícios corporais quanto os produtos enriquecidos com ingredientes estimulantes, complexos vitamínicos, ácidos graxos e fibras.

D. Sc., professora de Marketing e de Estratégias Empresariais do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial – Made da Universidade Estácio de Sá – Unesa

1 Colegiado criado em julho de 2003, coordenado pelo Departamento do Café – Dcaf e composto por um representante das seguintes instituições: Associação Brasileira da Indústria de Café – Abic; Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel – Abics; Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – Cecafe; Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e Conselho Nacional do Café – CNC

2 A Interscience qualifica como *consumidor de café* a pessoa que, no momento da aplicação da pesquisa, indicou o café como bebida que costumava consumir, tendo-o feito no dia anterior.

3 As faixas de renda mensal por domicílio consideradas pela Interscience são as estabelecidas pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – Abep, que, até o ano de 2007, eram: até R\$ 7.793,00 para classe A; até R\$ 2.804,00 para classe B; até R\$ 927,00 para classe C; até R\$ 424,00 para classe D; e até R\$ 207,00 para classe E.

4 Até 2005 eram pesquisadas as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Salvador e Goiânia; a partir de 2006, foram agregadas as cidades de Juiz de Fora, Sorocaba, Joinville, Campina Grande, Brasília, e quatro outras com menos de 10 mil habitantes cada.

Bebidas sofisticadas

José Roberto Ribas¹

Nathan Herszkowicz²

Guilherme Braga Abreu Pires Neto³

ESTUDO ENCOMENDADO pelo Grupo Gestor de Marketing do Café – GGM/Café à empresa de pesquisas InterScience em 2007, intitulado *Tendências de Consumo de Café*, também observou que 91% dos entrevistados eram consumido-

res regulares de café. É percentual inferior apenas aos observados para as águas natural e mineral.

O café sofisticado apresenta sabor diferenciado, decorrente, entre outros motivos, de seu cultivo em locais com clima ideal para a planta. Seu preço é maior. Pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), em julho de 2008, envolvendo 15 supermercados localizados na cidade de São Paulo, constatou que o consumidor paga, em média, a mais, em relação ao tradicional, 80% no especial e 188% no *gourmet*.

Tipos de cafés

Sofisticado	Gourmet	Possui certificação específica da Brazilian Specialty Coffee Association – BSCA
	Orgânico	Não utiliza produtos de natureza biológica, física ou química para exterminar pragas ou doenças.
Tradicional		

O concurso anual *Cup of Excellence* promovido pela BSCA é uma das iniciativas para promoção dos cafés especiais. Avaliados por um grupo seletivo de degustadores nacionais e internacionais, os produtos são experimentados em pelo menos cinco diferentes momentos durante a prova. Como premiação, os cafés recebem titulação com o nome do concurso e divulgação no mercado externo. São vendidos, em pregão eletrônico exclusivo, às torrefadoras, a lojas e a butiques internacionais, com preços elevados⁴.

O que é a certificação da BSCA?

Prova de que o produtor de café especial atende ao Sistema de Gestão Sócio-Ambiental para Produção da Abic, sem ferir os princípios legais quanto ao trabalho infantil, forçado e registrado (salários e benefícios), tratamento de efluentes e do meio ambiente, qualidade do processamento e do produto.

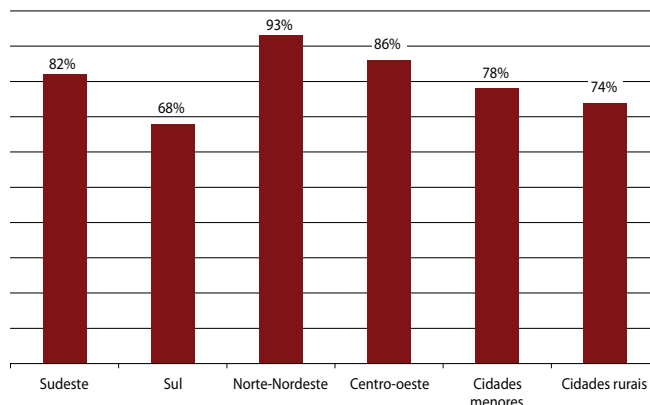
De acordo com a BSCA, o Brasil produziu cerca de 1,1 milhão de sacas de 60 kg de café especial em 2007. Essa quantidade, equivalente a 3,8% da produção brasileira, foi exportada em sua maioria. Segundo as edições de 2003 e de 2004 da pesquisa anual da InterScience, apenas 0,5% dos entrevistados afirmou ter consumido cafés especiais. Essa proporção subiu para 2,5% em 2007. Nos EUA, segundo pesquisa da National Coffee Association (NCA) 17% da população adulta dos EUA declararam consumir cafés especiais diariamente no mês de junho de 2008.

As opções para consumo dos cafés especial e *gourmet* vêm aumentando no Brasil. A cidade de São Paulo é o principal centro de atração dos investimentos.

Em novembro de 2006 a rede Starbucks, com mais de 12 mil lojas distribuídas em 37 países, inaugurou suas duas primeiras cafeterias no Shopping Morumbi. Em dezembro de 2007, em endereço nobre da cidade, foi inaugurado o Octávio Café, luxuosa cafeteria com 1200 m², cujo edifício em vidro e madeira possui o formato de um grão de café.

A Nestlé, por meio da sua unidade de negócios Nespresso, inaugurou duas butiques de café também em São Paulo, em novembro de 2006, e uma no Rio de Janeiro, em dezembro de 2007. Baseadas em conceito criado em 1970, cujos pontos de venda iniciais surgiram na Suíça e na Itália a partir de 1986, as lojas utilizam sistema de máquinas de café *espresso* com tecnologia avançada, que adota cápsulas de alumínio coloridas e revestidas internamente com uma película protetora, as quais contêm porções exatas de café moído.

Consumidores que não sabem o que é café gourmet



Fonte: InterScience.

Há 12 *blends*⁵ da Nespresso, nove dos quais se inserem na categoria denominada *Espresso*, e três na categoria *Lungo*. Além desses, a empresa também oferece edições especiais, tais como a *Limited Edition* e a *Special Club*, com composições variáveis, provenientes de regiões que não produzem café tradicionalmente.

Apesar do refinamento de suas butiques, a Nespresso utiliza tais pontos apenas para apresentar seu conceito, possibilitar a degustação e oferecer as máquinas de café *espresso* e as cápsulas de alumínio para uso no ambiente doméstico.

1 Professor Adjunto do Curso de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá e-mail: jose.ribas@estacio.br.

2 Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café e-mail: nathan@abic.com.br.

3 Gerente Geral do Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro e Diretor de Comércio Exterior da Federação do Comércio do Rio de Janeiro e-mail: guilhermeneto@cccrj.com.br.

Hábitos de compras

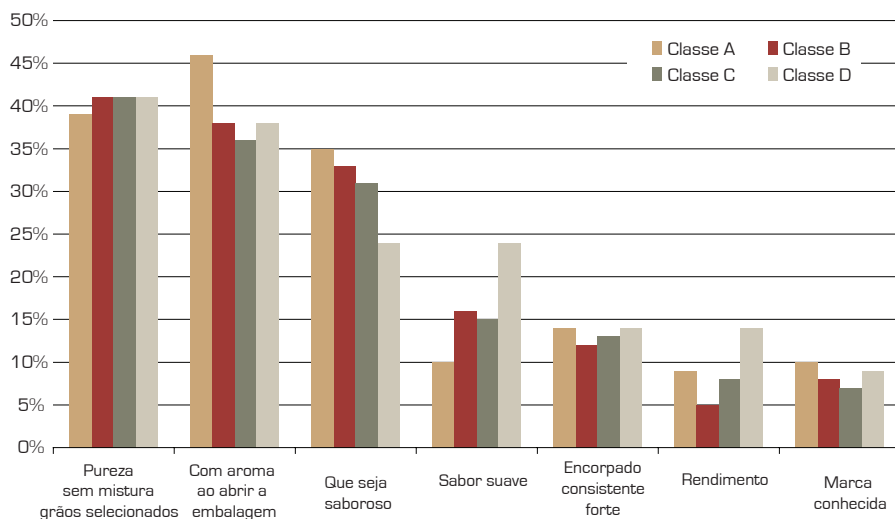
Irene Raguenet Troccoli

UM DOS focos do estudo *Tendências de Consumo de Café*, desde 2003 anualmente encomendado pelo Grupo Gestor de Marketing do Café – GGM/Café à empresa de pesquisas de mercado Interscience, são os hábitos de compra apresentados pelos consumidores avaliados. O objetivo é verificar os pontos mais relevantes para o consumidor na sua busca tanto pelo café em pó para preparo doméstico, quanto pela bebida pronta para consumo imediato fora do ambiente doméstico. As associações ao consumo de café por parte dos entrevistados na edição de 2007 remetem às qualificações de que “esquenta”, “anima”, “levanta”, “liga”, “reúne” e “agita”.

Curiosamente, o fator preço ficou com apenas 40% das respostas, o que confere com o fato de os dois principais elementos terem sido a marca à qual o consumidor está habituado (apontada por 66% dos respondentes) e a qualidade do produto (52% das respostas).

A acentuada menção ao hábito é relevante. O consumidor normalmente compra guiado pela marca, sem saber exatamente a variedade e/ou *blend* de café. Essa informação tradicionalmente não consta na rotulagem do produto. De fato, quando questionados sobre a informação a que prestam atenção nas embalagens ao adquirir café, 49% dos entrevistados indicaram a data de validade, e 44% salientaram a própria marca, enquanto apenas 11% fizeram referência ao tipo de café explicitado na embalagem.

O que é qualidade em café por classe social (2007)



Fonte: InterScience

Seria interessante saber por que a atenção do cliente ao selo de pureza na embalagem, que fora mencionada por 21% dos entrevistados em 2005, caiu para 13% na pesquisa de 2007, tendo em vista que o símbolo foi criado para garantir a reputação do produto sem misturas. É possível que o motivo seja prosaico, simplesmente o consumidor não mais julgaria necessário, a cada nova compra, buscar a presença no selo naquela(s) marca(s) que tem(têm) o hábito de adquirir, pois nela(s) sempre viu aquele símbolo. Ou o motivo pode ser mais sério, uma consequência do enfraquecimento dos esforços para divulgação da importância do selo.

A pesquisa também buscou saber o que os consumidores entendem por qualidade. Esse conceito tem sido associado, desde a primeira edição da pesquisa, com pureza (entendida como ausência de mistura com elementos estranhos ao café) e com a correta seleção dos grãos: 41% dos entrevistados ressaltaram esses elementos, contra 45% em 2003. Em segundo lugar, com 38% das menções, qualidade tem sido associada ao aroma forte e agradável do café em pó quando da abertura de sua embalagem.

A avaliação da qualidade, quando verificada por classe de renda, apresentou resultados interessantes e curiosos. Um deles é que a classe D, muito mais do que as demais, entende esse atributo como associado a “sabor suave” e a “rendimento”. Enquanto a última qualificação retrata manifestação puramente utilitária, sem dúvida atrelada à restrição orçamentária, o motivo à menção do “sabor suave” poderia vir a ser explorado em pesquisas futuras. Isso embute especificidades de preferências dessa classe de renda que, bem estudadas, podem se traduzir em maiores oportunidades de vendas no segmento.

Da mesma forma, a classe A demonstrou, muito mais do que as três outras, considerar como indicativo de qualidade o aroma do café ao abrir a embalagem – manifestação hedônica provavelmente reforçada por sua posição privilegiada comparativamente às demais classes de renda.

Um último dado curioso sobre a avaliação de qualidade é que, para todas as classes de renda, o conceito está muito mais atrelado a que o café seja “saboroso” que “encorpado/consistente/forte”. Novamente, isso indica a necessidade de a indústria buscar conhecer melhor o que seja exatamente a percepção de sabor, pois ele não obrigatoriamente estaria garantido em produto com características organolépticas marcantes.

D. Sc., professora de Marketing e de Estratégias Empresariais do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial – Made da Universidade Estácio de Sá – Unesa

12º Fórum da Associação Brasileira de Agribusiness

Agroenergia e sustentabilidade



O evento foi realizado no campus da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, por conta do programa da tradicional comemoração da Semana Luiz de Queiroz.



Discussão oportuna

Carlo Lovatelli*

Este fórum reveste-se de uma série de fatores especiais. Existem laços importantes de amizade e respeito profissional. Uma combinação dignificante. Estar aqui neste maravilhoso *campus* da Esalq é uma oportunidade rara. Um ambiente propício – de ensino, pesquisa e saber – para trazer luz, iluminar nossas mentes e abrir nossos corações para os desafios que o agronegócio brasileiro tem pela frente.

Agradecemos ao diretor Roque Dechen o convite para realizar o Fórum Abag sobre Agroenergia e Sustentabilidade, durante estes dias de programação rica para comemorar a 51ª Semana Luiz de Queiroz. Ficamos muito lisonjeados com o convite e esperamos corresponder à expectativa, com apresentações e debates interessantes.

A Abag tem debruçado boa parte da sua atividade nos temas ligados à Agroenergia e Sustentabilidade. Em março de 2007, junto com CNA, Força Sindical, OCB e SRB, montamos o Comitê Nacional de Agroenergia, sob a coordenação do nosso amigo Caio Carvalho, vice-presidente da Abag.

Contamos lá no comitê com quatro grupos de trabalho: Biodiesel, Bioele-

tricidade, Etanol e Químicos. Como eles têm uma interface comum e complementar, buscamos uma visão mais integrada e articulada. Agora mesmo, por sugestão nascida no próprio comitê, enviamos um documento à Casa Civil da Presidência, ao Ministério da Economia, ao Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em que mostramos nossa preocupação com o custo e a disponibilidade de recursos para a agricultura plantar e o agronegócio exportar.

Temos uma meta de produção para a safra 2008/09 de 150 milhões de toneladas de grãos. O País tem de buscá-la. Diante do cenário crítico no mercado financeiro internacional, o agronegócio é

fundamental para o Brasil arrecadar divisas. Só para se ter uma idéia, neste ano, o saldo comercial do agronegócio passará de US\$ 60 bilhões e o do País cairá para menos de US\$ 25 bilhões. É quase duas vezes e meia.

Vivemos dias de pânico nas finanças internacionais. Uma crise gigantesca. Sabemos que o Brasil não ficará incólume. O agronegócio pode evitar um terror maior e minimizar essa delicada conjuntura.

Na parte da Sustentabilidade, montamos, em setembro de 2007 o Instituto do Agronegócio Responsável, junto com mais 20 entidades ligadas às diferentes cadeias produtivas. Precisamos trabalhar com muita sinergia e somar esforços. O tema da Sustentabilidade, em seus vértices do *triple bottom line* – da produção, meio ambiente e responsabilidade social – ganha força global e está na agenda de prioridade de todas as cadeias produtivas do agronegócio. Isso não tem mais retorno.

Foi por essa razão que o tema central do último Congresso da Abag foi a Sustentabilidade. Promovemos um intenso debate e uma profunda reflexão sob os mais diferentes pontos de vista. Envolvemos governo, organizações não-governamentais, empresários, executivos, político, academias e lideranças setoriais.

A Sustentabilidade sempre foi tratada de forma um tanto cosmética. Era colocada em segundo plano e ficava nas gavetas. Mas, das análises desenvolvidas no Congresso da Abag, ficou claro que essa situação teve uma virada de cento e oitenta graus. Para a agricultura, uma verdadeira quebra de paradigma.

Depois que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2007, levando em conta seu impactante relatório sobre as relações entre as intervenções humanas no sistema climático e o aquecimento global, o assunto ganhou notoriedade. Al Gore também recebeu o Prêmio Nobel com a mesma tese. A prova está no espaço que as questões de desmatamento e queimadas ocupam na mídia diariamente.

Apresentamos no congresso dois estudos importantes sobre Mudanças Climáticas e Agricultura e o Alcance da Legislação Ambiental e Territorial.

No Brasil, a legislação ambiental precisa de uma adequação com o processo histórico de ocupação territorial. Até 1965, quando foi promulgado o Código Florestal e definida a exigência de as propriedades manterem 20% da área como reserva legal e de não-uso das áreas de preservação permanente. Até então, o uso e o costume eram de simplesmente desmatar e plantar. Foi assim em grande parte das Regiões Sul e Sudeste.

Em 1996, a exigência de reserva legal passou de 50% para 80% na região amazônica e 35% no cerrado. E veio a pergunta sem resposta ainda: como fica a propriedade que já tinha sido desmatada?

Há uma mobilização muito forte no setor produtivo, após a edição do Decreto 6514/08, em 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações ao meio ambiente e sanções administrativas, estabelece o processo administrativo federal para apuração das infrações, e dá outras providências.

Se a legislação existente for tomada ao pé da letra, cerca de 68,2% do território nacional não podem ser destinados para a agricultura. Ao longo do tempo, com a introdução de um extenso conjunto de requisitos como a reserva legal, área de preservação permanente, unidades de conservação e terras indígenas, a disponibilidade de área para atividade produtiva sofreu drástica restrição.

Existem ainda as reivindicações dos quilombolas. Se computarmos cada item dessa extensa lista de exigências, pode ser que não haja um fechamento de área. O território brasileiro não será suficiente para atender às exigências legais. E olha que não somos pequenos. Como dormir com esse barulho? Bom, com essas colocações iniciais, damos início ao nosso 12º Fórum sobre Agroenergia e Sustentabilidade.

* Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness

Reduções do efeito estufa em biocombustíveis

Carlos Clemente Cerri*

Fenômeno natural, o efeito estufa mantém a Terra aquecida ao impedir que os raios solares sejam refletidos para o espaço e percam seu calor. Acontece que as intensas atividades humanas têm provocado aumento do efeito estufa. A principal delas é a liberação de CO₂ (dióxido de carbono) na atmosfera. Trata-se de um dos gases que contribuem para o efeito estufa normal do planeta. Mas, com seu aumento na atmosfera, esse efeito fica intensificado e causa um aquecimento maior.

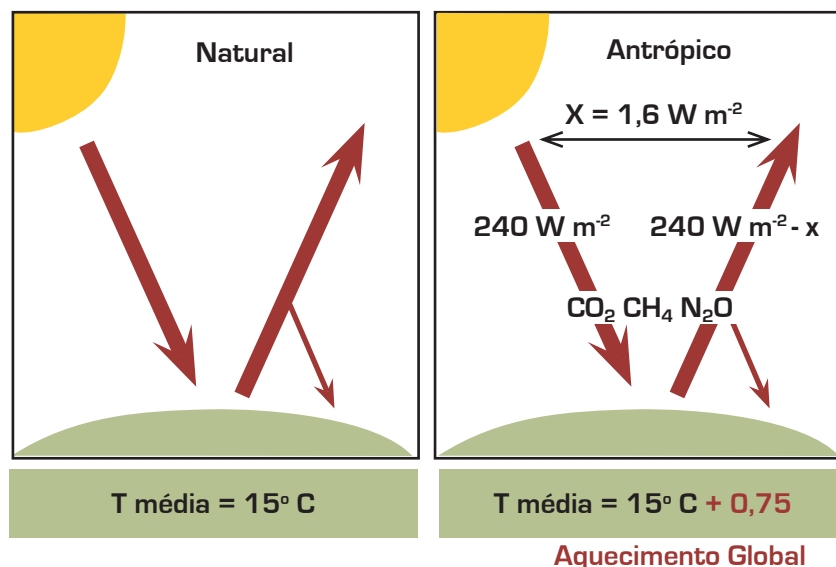
A principal fonte de liberação de CO₂ é a queima de combustíveis fósseis (combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina e gás natural, e o carvão). Outros gases liberados pelo homem também aumentam o efeito estufa, como metano, óxido nitroso entre outros.

Os gases absorvem uma porção da radiação infravermelha emitida pela superfície terrestre e irradiam partes dessa energia absorvida de volta para a superfície. Como consequência, o calor é retido e concentrado, devido ao fato de a superfície receber quase o dobro de energia da atmosfera que a proveniente do Sol.

O efeito estufa antrópico resulta do desequilíbrio energético do planeta e contribui para o aquecimento global. Segundo o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), estabelecido em 1988, pela ONU e pela Organização Meteorológica Mundial, a maior parte desse aquecimento observado nos últimos cinquenta anos se deve-se muito provavelmente a uma aumento dos gases do efeito estufa.

A concentração das emissões no Hemisfério Norte é ligada à industrialização e ao grande consumo de combustíveis fósseis,

O efeito estufa



Mudança Climática Global

que representam 85% da matriz energética mundial. A seguir vem a nuclear (5%), a biomassa (4%) e a hídrica (3%).

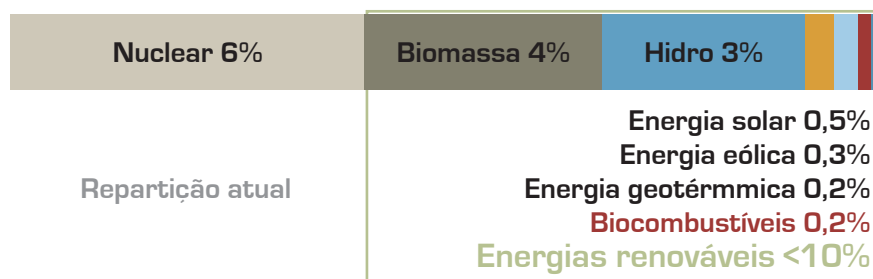
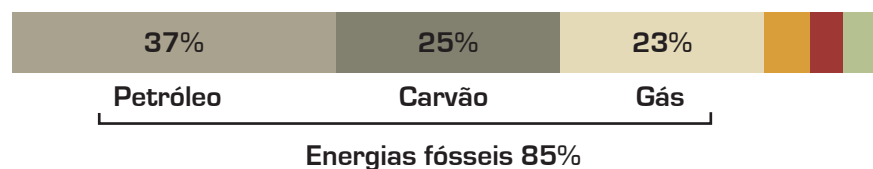
Quase 75% do dióxido de carbono que o Brasil emite na atmosfera são derivados do desmatamento, queimadas e as práticas agrícolas. Entre as opções para reduzir a concentração atmosférica dos gases do efeito estufa estão os incentivos para reflorestamentos e emprego de manejos conservacionistas do solo, como plantio direto e integração lavoura e pecuária. Essas metodologias não envolvem implementos para o revolvimento e aumenta a fixação do carbono no solo, com melhoria de seus atributos químicos, físicos e biológicos. O resultado é uma mitigação da emissão de gases de efeito estufa.

A energia consumida por ano no mundo gira em torno de 0,5 zeta. É uma dimensão pequena para a energia solar que chega à Terra, de 3.800 zeta. Já pela fotossíntese, as plantas utilizam a energia solar para produzir energia química. O dióxido de carbono é transformado em compostos orgânicos e há liberação de oxigênio gasoso (O_2). É um processo em que o vegetal aproveita a abundante energia solar, para resgatar o carbono da atmosfera e gerar oxigênio.

Nomenclatura do sistema internacional de energia

Y	Yota	1000 Z
Z	Zeta	1000 E
E	Exa	1000 P
P	Peta	1000 T
T	Terá	1000 G
G	Giga	1000 M
M	Mega	1000 K
k	kilo	1000

Mundo: matriz energética



O sequestro de carbono em ecossistemas terrestres é definido como a remoção líquida de CO_2 da atmosfera ou a prevenção de emissões líquidas de CO_2 a partir dos ecossistemas terrestres para a atmosfera (US-Department of Energy-1999). O balanço completo deve considerar os três gases e os resultados expressos em uma mesma unidade equivalente.

Potencial de aquecimento global

Carbono	Metano	Nitroso
1	23	296

O sequestro de carbono no solo, para um determinado agrossistema em comparação a uma referência, deve ser considerado como o resultado do balanço líquido de todos os gases do efeito estufa expresso em equivalente CO_2 , considerando todas as fontes no sistema solo-planta-atmosfera.

Os biocombustíveis, em relação ao gás carbônico, além de reduzirem a emissão pela diminuição do uso do combustível fóssil, conforme o manejo da sua matéria-prima pode ajudar no seu resgate.

Quando o balanço entre a taxa de adição de resíduos vegetais ao solo (determinada pelo sistema de cultura) e a taxa de perda da MOS for positivo, ocorrerá aumento

da MOS. Nesse caso, o solo pode atuar como um “dreno” de CO₂ atmosférico. Práticas de manejo que propiciem acúmulo de MOS poderão contribuir para o aumento da qualidade do solo e também para o seqüestro de CO₂ atmosférico.

No caso do balanço de gás carbônico no agrossistema da cana-de-açúcar temos principalmente a sua retirada da atmosfera por meio da fotossíntese e a produção de folhas, colmos e raízes. Sem a prática da queimada na colheita, o gás carbonônico não é emitido para a atmosfera, sofre a mineralização e fica estocado no solo. A compensação aumenta com o uso da vinhaça na fertirrigação, do bagaço para gerar energia elétrica e a torta de filtro compostada.

Já o manejo das culturas oleaginosas para produção de biodiesel pode maximizar o seqüestro de carbono pelo solo. Algumas estratégias poderiam ser utilizadas, como:

- Aumento da área cultivada sob plantio direto;
- Permanência de restos culturais nas áreas de plantio;
- Controle da erosão, aumento dos índices de produtividade (relevante devido à restrição de criação de novas fronteiras agrícolas);
- Melhoria da fertilidade do solo (essencial ao aumento da produção de restos culturais);
- Diminuição do desmatamento;
- Revegetação de solos degradados;
- Preservação de estoque de MOS (matéria orgânica dos solos), principalmente em ambientes de várzea.

Os desafios em torno dos biocombustíveis são vários. O primeiro é reduzir o *carbon footprint*, que é a medida do impacto das atividades humanas no meio ambiente, em termos de quantidade de gases *greenhouse*, em termos de equivalentes de dióxido de carbono. O segundo é uso melhor do solo para alimento e biocombustível. O terceiro é o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados.

Agroenergia e Meio Ambiente

Suani Teixeira Coelho*

O tema pode ser desenvolvido em seis pontos básicos:

- Importância do etanol na Matriz Energética Brasileira;
- Uso do solo;
- Poluição do ar;
- Utilização da água;
- Contaminação do solo;
- Zoneamento Agroambiental.

A cadeia produtiva dos biocombustíveis ganha importância quando se analisam

os números da evolução da produção, do consumo interno e os excedentes de exportação da cana-de-açúcar e do etanol, no cenário 2020/21.

Na medida em que os níveis de produção aumentam, o conceito da sustentabilidade do etanol ganha espaço cada vez maior. Atualmente, muitas usinas buscam a certificação voluntária do etanol, no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), para ganhar competitividade e conquistar novos mercados.

A competição entre área para produção de biocombustíveis e alimentos não afetará a produção de cana no Brasil. A tendência é de que o crescimento se faça em cima de aumentos da produtividade em uma mesma área. Haverá redução

Brasil: etanol na matriz energética

Item	2006/07	2007/08	2015/16	2020/21
Cana				
Produção (milhões de toneladas)	430,0	601,0	829,0	1.038,0
Área cultivada (milhões de hectares)	6,3	8,5	11,4	13,9
Açúcar (milhões de toneladas)				
Consumo interno	30,2	34,6	41,3	65,3
Excedente para exportação	9,9	10,5	11,4	49,6
	20,3	24,1	29,9	15,7
Etanol (bilhões de litros)				
Consumo interno	17,9	29,7	46,9	65,3
Excedente para exportação	14,2	23,2	34,6	49,6
	3,7	6,5	12,3	15,7
Bioeletricidade				
Participação na matriz elétrica nacional	1.400	3.300	11.500	14.400
	3%	6%	15%	15%

Fonte: Unica

Estado de São Paulo: área dedicada à pecuária

Item	2001	2002	2003	2004	2006	2006
Gado (mil cabeças) [1]	13.154	13.457	13.764	13.773	14.092	13.661
Pastagens (mil hectares) [2]	10.288	10.102	10.107	10.118	19.919	9.828
Densidade [1/2]	1,28	1,33	1,36	1,36	0,71	1,39

Fonte: Cenbio

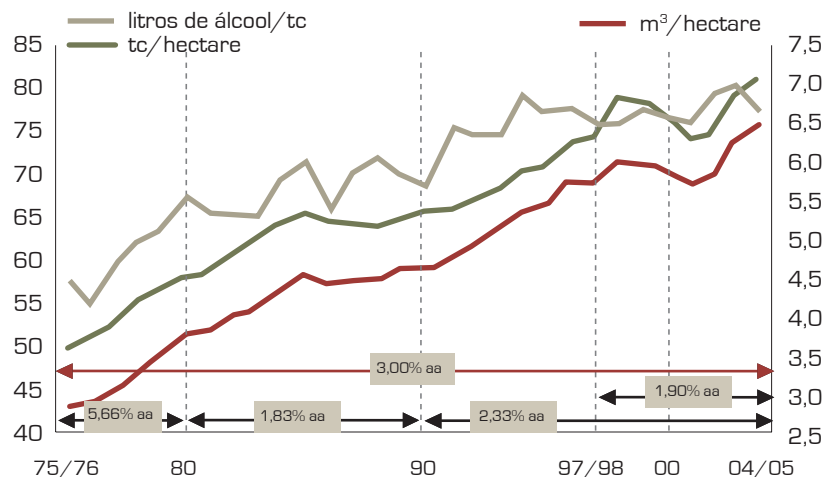
Região Metropolitana de São Paulo: redução na concentração de poluentes (ug/m³)

Chumbo	De 1,4 para 0,10 ug/m ³ , entre 1977 e 2003
Enxofre	De 46 para 11 ug/m ³ , entre 1984 e 2007
Material particulado	De 93 para 40 ug/m ³ , entre 1986 e 2007

Fonte: Cetesb

* Professor titular do Centro de Energia Nuclear da Esalq/USP

Brasil: curvas de produtividade para etanol e cana-de-açúcar



Fonte: Rodrigues, Unicamp 2005

nas pastagens, enquanto a pecuária ficará mais intensiva, um deslocamento de terras degradadas para o cultivo da cana.

Para conquistar níveis de produção altos de cana e etanol, sem degradar novas áreas, será fundamental usar o solo corretamente e conceber leis claras sobre a obrigatoriedade da reserva legal. Aprimorar os diplomas legais federais (Decreto 6.514/08, sobre averbação de áreas) e estaduais (Decreto 50889/06, sobre reserva legal no estado de São Paulo)

As emissões dos gases de efeito estufa (GEEs), em quilos equivalentes de gás carbônico, são menores no etanol da cana (8 a 12), em relação ao de milho (77 a 94), trigo (23 a 72), beterraba (27 a 92) e cereal (58 a 79).

No estado de São Paulo, desde 2002, com a implantação da Lei 11.241, a colheita da cana começou a ser substituída de manual para mecânica. Com isso, houve redução dos poluentes no ar. Na safra 2006/07, segundo a Secretaria do Meio Ambiente, para uma área colhida, em milhões de hectares, de 3,242 e autorizada de 2,362, a efetivamente queimada foi de 2,132.

Entre as ações do governo de São Paulo para Controle da Queima de Cana fazem parte:

1. Assinatura do Protocolo Agroambiental com a Agroindústria Canavieira de São Paulo, com a adesão de 85% das

usinas do estado, que estabelece o final da prática da queima da cana-de-açúcar em:

- 2014 para áreas com declividade até 12%;
- 2017 para áreas com declividade acima de 12%.

2. Resolução SMA 33/2007 limitando a área de queima em 2,2 milhões de hectares;

3. Resolução SMA 33/2007 proibindo a prática da queima em áreas de expansão de canaviais.

O etanol, por ser um combustível renovável, mitiga as emissões de carbono produzidas por combustíveis fósseis e reduz a concentração de poluentes como o chumbo, enxofre, nitrosos e materiais particulados.

Quanto ao uso da água:

- Em São Paulo praticamente toda cana-de-açúcar é irrigada naturalmente (chuva)

Balanco global de oferta e demanda

Item	2009	2008	2007
Petróleo*			
Demanda total	87,6	86,8	86,1
Oferta total	-	87,0	85,6
Oferta não Opep	50,7	49,9	49,6
Oferta Opep	-	37,2	35,9
Biocombustíveis			
Market share	3,3%	2,7%	2,1%

Fonte: FOLicht, 2008. * milhões de barris por dia



- O consumo caiu nos processos industriais, em m³/tonelada de cana, de 5 para 1,83 entre 1997 e 2004. Houve alto nível de recuo e maior eficiência de tratamento de água (98%);
- O processo de lavagem de cana-de-açúcar, que consome 5m³/tonelada de cana, está sendo substituído por um processo de limpeza a seco.

A contaminação do solo também vem sendo minimizada pela substituição do emprego de:

- Fertilizantes por vinhaça, responsável por uma maior fertilização;
- Pesticidas por um melhoramento genético das plantas e controle biológico.

O Zoneamento Agroambiental da Cana-de-Açúcar, segundo resolução SMA-SAA de 18/09/2008, foi outra iniciativa primordial, com informações sobre:

- Aptidão edafoclimática para cultura de cana (restrições de solo e clima);
- Restrições à colheita mecânica (declividade – 12%);
- Disponibilidade de águas superficiais e vulnerabilidade de águas subterrâneas;
- Unidades de conservação de proteção integral (existentes e indicadas – Biota)
- Prioridade para incremento da biodiversidade (connectividade – Biota)

* Secretária-executiva do Centro de Referência Nacional em Biomassa (USP),

Agroenergia e sustentabilidade

Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

O sistema energético global vive um dilema: precisa ser sustentável, competitivo e seguro, mas a energia limpa e renovável não é mais do que 15% do total. Respeitáveis comentaristas na mídia internacional chamam a atenção para o fim da era do petróleo e para o aquecimento global, enquanto os Estados Unidos e a China celebram o vício em prol do consumo dos combustíveis fósseis.

A mobilidade e a prosperidade dirigem o crescimento da demanda de petróleo,

e a pergunta é se alguém está disposto a abrir mão disso.

No século 19, o pensador e historiador político francês Alexis de Toqueville registrava que “revoluções, antes acontecem e parecem ser impossíveis, depois ocorriam e pareciam ter sido inevitáveis”.

O *sheik* Rashid bin Saeed al Maktoum, primeiro-ministro dos Emirados Árabes de 1979 a 1990, dizia que “seu avô andava de camelo, seu pai de carro e ele de jato, mas que seus filhos rodarão de carro e os netos de camelo”.

Com uma população de seis milhões, o mundo tem mais pessoas que coisas: um bilhão de televisores, 600 milhões de carros, 400 milhões de celulares e 350 milhões de computadores. (Simmmons & Company). É enorme a relação entre pessoas e coisas.

Os fatores-chave para um modelo sustentável na questão energética passam pela:

1. Eficiência econômica
 - Custos razoáveis de produção;
 - Regulação mínima e efetiva para a competitividade;
 - Educação e comunicação;
 - Mercados abertos para mais rápida implementação;
 - Qualidade do trabalho.
2. Segurança energética
 - Crescente dependência de regiões instáveis do planeta;
 - Crescente insegurança de oferta.
3. Meio ambiente
 - Aquecimento global;
 - Emissões locais e impactos regionais;
 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Os custos de reposição do petróleo têm sido crescente e passa de US\$ 90 o barril. Em 2050, os biocombustíveis representarão 26% da demanda global no setor de transporte. Isso significa uma emissão de gás carbônico 50% maior em relação ao volume de 2005. (IEA, Honnollu, 2008).

Os principais motivos da maior produção de biodiesel decorrem:

- De 75% das reservas comprovadas de petróleo estão em áreas instáveis do mundo;
- De 70% do consumo de petróleo serem usados para mobilidade;
- Dos transportes responderem por 20% das emissões diárias de gás carbônico;
- Do consumo de combustíveis para transportes crescer 55% até 2.030;
- Da demanda por biocombustíveis crescer de 85 a 195 bilhões de galões por ano até 2030, substituindo de 10% a 24% do consumo de gasolina e óleo diesel.

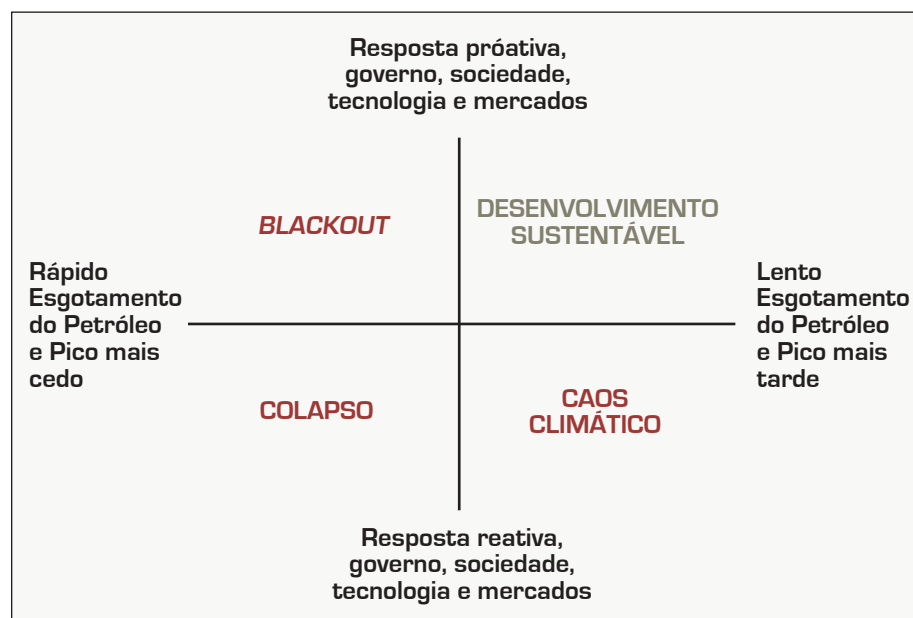
Nesse cenário, a mobilidade e as montadoras seguem regiões e interesses:

- Nas Américas e mundo tropical: *blends*, FFVs, híbridos, híbridos-FFVs e híbridos *plug in*, com base na cana, milho e celulosos;
- Na Europa: *blends*, híbridos, híbridos *plug in* e FFVs, com base na colza e em celulosos.

Desafio das cadeias produtivas

Cana-de-açúcar	Álcool, química e bioenergia
Carne bovina	Sistema intensivo e confinamento
Laranja	Produção e inserção no mercado
Café	Qualidade e agregação de valor
Flores e frutas	Produtividade e qualidade
Borracha natural	Mercado promissor

Quatro cenários de energia

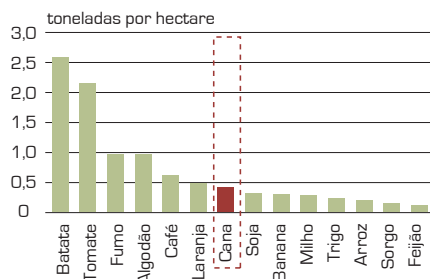


Sustentabilidade da produção agrícola



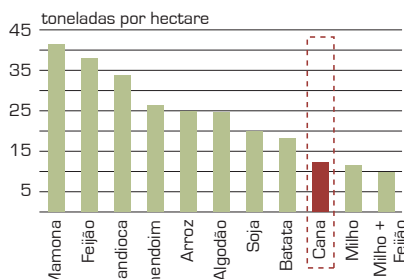
Fonte: Sindag e IBGE

Brasil: consumo de fertilizantes por culturas



Fonte: Anda

Brasil: perdas de solo por culturas



Fonte: Embrapa

De acordo com Jurgen Leohold, chefe do Grupo de Pesquisa da VW na Alemanha “os motores de combustão interna deverão dominar o mercado pelo menos nos próximos 20 anos”.

Do ponto de vista da sustentabilidade, a cana apresenta uma série de vantagens:

- Possui alto conteúdo energético (1 tonelada = 1,2 barril de petróleo);
- Em 2010, a produção brasileira de cana poderá ser equivalente a 2 bilhões de petróleo/dia;
- É uma das culturas de menor perda de solo e baixo uso de fertilizantes e defensivos;
- Na parte industrial, a limpeza de cana a seco reduz a necessidade de captação de água;
- Sequestro de 25 a 41 toneladas de carbono por hectare a cada ciclo produtivo de cinco a sete anos.

No caso do biodiesel, o balanço de energia do óleo de palma é bem positivo e deve ser considerado nas concepções das políticas públicas. O Programa Nacional de Biodiesel necessita ser rapi-

damente revisto e reformado, pois fica perdido sob a administração de mais de uma dezena de ministérios, agências e secretarias. Na Europa, também há reclamação de que “nos prometeram um mercado, mas ele ainda não aconteceu, Com certeza ele virá, mas não sem antes atravessarmos vários desertos”. (Raffaello Gerófolo, secretário-geral da Comissão Europeia de Biodiesel, em Hamburgo, Alemanha, em 2007).

Biodiesel: balanço de energia

	Palma	Soja	Colza
Insumo [1]	19	20	23
Produção [2]	182	50	70
Balanço [2/1]	9,8	2,5	3,0

Fonte: Agropalm

Enfim, à medida que mais se associa a agricultura com carboidratos fica mais claro o entendimento do sistema de alimentos, fibras e energia e muito mais.

* Vice-presidente da ABAG

Políticas Públicas

João Sampaio*

O agronegócio paulista é responsável por um terço do produto e 25% das exportações do setor em todo o Brasil. Em termos da produção no campo, o estado responde sozinho por quase 20%. O valor da produção agropecuária foi de R\$ 31,1 bilhões em 2007.

Estado de São Paulo: balança comercial do agronegócio – 2007

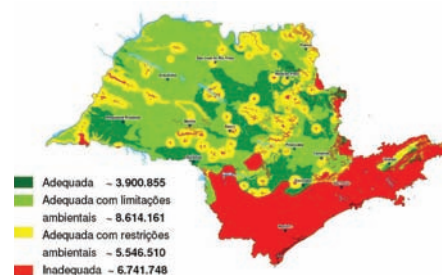
Exportação	Importação	Saldo
US\$ 15,49 bilhões	US\$ 5,43 bilhões	US\$ 10,06 bilhões

Com base em valores de 2007, entre os principais agregados do agronegócio paulista estão:

- Cana e sacarídeos: US\$ 4,57 bilhões;
- Bovinos: US\$ 3,16 bilhões;
- Frutas (suco de laranja): US\$ 2,35 bilhões;
- Produtos florestais: US\$ 1,74 bilhões;
- Bens de capital e insumos: US\$ 820 milhões.

Quanto à infra-estrutura, o Programa Melhor Caminho objetiva manter uma estrada rural trafegável o ano todo, o que não é fácil, pois chuvas, erosões, tráfego constante, veículos pesados, tudo isso vai danificando-as até ficarem completa-

Zoneamento agroambiental da cana-de-açúcar



mente intransitáveis, comprometendo o escoamento da safra, o acesso às escolas e o transporte em geral. Em 2008, foram investidos R\$ 80 milhões. Em dez anos foram recuperados 5 mil quilômetros, sendo 2 mil quilômetros entre 2006 e 2007.

Com agronegócio bem diversificado, o governo do estado desenvolve um conjunto de medidas e programas para a sustentabilidade no setor agrícola. O grande desafio não é somente produzir açúcar, álcool ou tecnologia, mas fazê-lo de forma sustentável, porque os mercados compradores exigem. Inseridas em seus contextos particulares, cada cadeia produtiva está diante de desafios próprios.

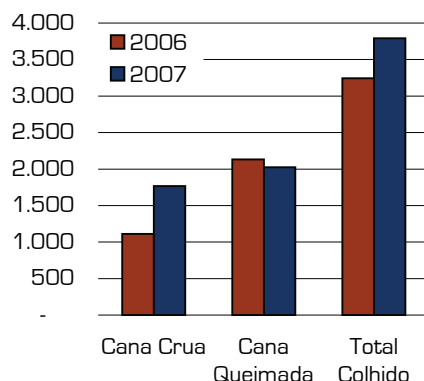
Na parte de sustentabilidade, o estado desenvolveu o:

- **Protocolo Agroambiental;** assinado em 21 de setembro de 2007, entre as diretivas previstas estão a antecipação para 2017 do fim da queimada para as áreas não-mecanizáveis, enquanto para as mecanizáveis o prazo é até 2014, e há previsão de que até 2010 a colheita em 70% dessas regiões seja feita sem utilização da queima; proibição de queima de cana em áreas novas de cultivo; a recuperação da vegetação no entorno de nascentes de água em propriedades canavieiras, e a implementação de projetos de conservação.
- **Mapa de zoneamento agroambiental:** nova ferramenta para o planejamento agrícola-ambiental, notadamente para o setor sucroalcooleiro. Trata-se do primeiro zoneamento agroambiental elaborado por um estado a partir de parâmetros hidrográficos, físicos, topográficos e climáticos, entre outros
- **Programa de Microbacias Hidrográficas:** para o período de 2008 a 2012, o programa deverá trabalhar 1.500 microbacias hidrográficas, atingindo mais de 90.000 famílias rurais, ampliando as ações nas comunidades, com propostas de intervenção nas questões econômicas, sociais e ambientais, na busca do desenvolvimento rural sustentável.

O governo criou o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – Banco do



Brasil: comparativo Safras 2006/07 e 2007/08 (mil ha)



Fonte: SMA/Cetesb, 2008

Agronegócio Familiar, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O objetivo é prestar apoio financeiro em programas e projetos específicos, de interesse da economia estadual, aos agricultores, pecuaristas e pescadores artesanais, bem como a suas cooperativas e associações. Os financiamentos para aquisição de tratores são a juros zero e

nas operações de seguro rural a subvenção é de 50%.

A agricultura paulista é uma fonte exportadora de tecnologia. Muitas variedades de cana aqui desenvolvidas são levadas e adaptadas em estados, como Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Bahia dentre outros, e até países (México, Angola, Austrália). O mesmo sucede com máquinas e equipamentos, principalmente na área de usinas de cana.

Para terminar, para celebrar a data do engenheiro agrônomo, no dia 12 de outubro, fica uma mensagem para o seu papel fascinante. Trata-se de um profissional do qual se exige uma transformação constante, ante a intensa evolução que a agricultura vive e como se moderniza. A biotecnologia e a sustentabilidade aparecem como os desafios dos novos tempos. As suas múltiplas atuações em agrosserviços exige um conhecimento eclético e em constante renovação.

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Ripa

Perfil de produtores rurais

Roberta Salgado G. da Silva

O SINDICATO Rural de São Carlos e a Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (Ripa) divulgaram o resultado do estudo que traçou o perfil de produtores rurais de São Carlos e região nas cadeias de apicultura, ovinocultura e produção de leite.

De acordo com a pesquisa ovinocultores, apicultores e produtores de leite podem melhorar seu desempenho, articular estratégias institucionais e planejar o futuro da atividade. O coordenador-executivo da Ripa e pesquisador da Embrapa Instrumentação Agropecuária, Paulo Esteves Cruvinel, explica que os objetivos do trabalho foram identificar:

- Oportunidades para a incorporação das boas práticas agropecuárias na atividade;
- Fraquezas e forças, ameaças e oportunidades da cadeia produtiva e do produtor;
- Necessidades de treinamento e formação do produtor;
- Propostas à organização de um programa de capacitação;
- Tecnologias e inovações produzidas na região para atender às necessidades das cadeias produtivas;
- Informações para suporte à indução de políticas públicas específicas para as cadeias produtivas.

Para o agrônomo e presidente do Sindicato Rural de São Carlos, Eunizio Malagutti, a parceria com a Ripa trouxe novas informações e tecnologias ao produtor. “Produtividade e qualidade são possíveis com o melhoramento do rebanho, solo, clima e mercado. O sindicato deve aprimorar o conhecimento do produtor

e prepará-lo para as mudanças econômicas”, afirma.

Cadeia do leite

Os produtores de leite localizam-se em São Carlos e em Descalvado. Possuem entre 40 e 1400 matrizes em lactação, com produção de leite *in natura* e iogurte, sendo que alguns também fabricam laticínios. Atividade de economia familiar, a idade dos produtores está entre 30 e 60 anos.

Entre as 15 oportunidades identificadas na cadeia do leite estão a adequação de um sistema a pasto, com irrigação e piquetes, para aumentar a produção em áreas menores; a possibilidade de aumentar a exportação dos produtos lácteos; e ações voltadas ao fortalecimento do associativismo na cadeia produtiva do leite.

Apicultura

A apicultura também se caracteriza por ser uma atividade de economia familiar, com duas formas de criar as abelhas: em apiários migratórios e apiários fixos. A apicultura migratória chega a atingir distâncias de 680 km (Minas Gerais). O conhecimento na atividade é passado de pai para filho e, em alguns casos, chega à quarta geração. O número de colméias por produtores é de 30 a 700, e a produção anual varia de 1 a 10 toneladas. Os produtores têm idade entre 30 e 38 anos.

Entre as 17 oportunidades da cadeia estão a exploração de outras regiões e estados do país, atingir o mercado externo e agregar valor com novos produtos, e aumentar o consumo de mel entre os brasileiros, por meio de campanhas e propaganda.

Ovinocultura

Os produtores de ovinos estão localizados em São Carlos e Ribeirão Bonito. Seus rebanhos são de corte e criação de elite, entre 50 e 500 cabeças. Os animais participam de exposições e há manejo para o melhoramento genético. Com idade de 27 a 76 anos, os produtores pertencem ao Núcleo de Criadores de Ovinos em São Carlos, que existe há quatro anos.

Com 25 oportunidades para a cadeia produtiva, destacam-se a integração da ovinocultura, com culturas como fruticultura e o reflorestamento; o desenvolvimento do manejo intensivo, o que contribui para a preservação do solo e da água; a perspectiva de caracterizar e promover ações para valorizar a qualidade da carne ovina, incluindo e sistematizando o seu direcionamento ao mercado via açougues, grandes restaurantes e churrascarias como produto diferenciado; e a proximidade de grandes centros consumidores como São Paulo, Campinas, São José do Rio Preto, Limeira, Rio Claro, Barretos e Ribeirão Preto. ■

Comunidades de Prática

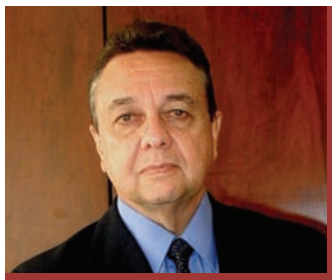
A partir deste mês terão início as atividades das comunidades de prática no Portal Ripa, nas quais produtores rurais e interessados deverão ampliar seu conhecimento sobre as cadeias produtivas da ovinocultura, apicultura e produção leiteira.

As comunidades são uma das práticas da Gestão do Conhecimento, cujo objetivo é garantir que os conhecimentos essenciais do grupo sejam preservados e disseminados.

Para ter acesso às comunidades é preciso acessar o Portal Ripa. O usuário vai até a barra superior e acessa “Comunidades” e entra em “Sudeste”. Na área à esquerda, entra em “Fórum” e segue até uma das comunidades de prática que estão localizadas sob o tema **Novas Tecnologias de Produto, Processo e Gestão**. O acesso é gratuito.

Diário de bordo

Oportunidade rara



Roberto Rodrigues*

TODO MUNDO tem problemas. O que importa é como cada pessoa reage a eles. Há os derrotistas, que se entregam por se considerarem incapazes de enfrentá-los, há os que esperam ajuda para o enfrentamento, e há os lutadores, que vêem nos problemas um inimigo a derrotar e, quem sabe, uma oportunidade..

Assim é também com as nações e seus governos. Reagem diferentemente quando submetidos a crises abrangentes.

Estamos no olho do furacão de uma crise global deflagrada pelo desequilíbrio do sistema financeiro norte-americano e esparramada pelos cinco continentes. De uma forma ou de outra todos os países serão afetados em seus diversos setores econômicos, e todos perderão, mais ou menos. Todos? Não seria possível encontrar oportunidades nesta crise? Em que países e setores?

O agronegócio brasileiro já se ressentia disso tudo: a alta dos custos de produção da safra que estamos plantando exige mais dinheiro por hectare em termos de crédito de custeio. Como os depósitos à vista diminuíram em função do fim da CPMF, caiu a oferta deste crédito. E a crise global ajudou a diminuí-lo, especialmente para exportação e nos financiamentos das multinacionais, *tradings* e moageiras, sobretudo de soja.

O problema está proposto: uma safra mais cara com menos crédito. E pode

piorar – não necessariamente, mas pode – se os preços das *commodities* agrícolas despencarem e, na pior das hipóteses, se o dólar se desvalorizar.

Isso não é provável, porque o fundamento essencial para os alimentos estarem com preços acima da média histórica persiste, ou seja, a renda *per capita* dos habitantes dos países em desenvolvimento está crescendo 3,5 vezes mais, ao ano, do que a dos países desenvolvidos, onde a crise financeira é muito mais intensa. Como a oferta de alimentos não acompanhou o crescimento da demanda no mundo, os estoques mundiais diminuíram e os preços subiram. E isso não mudou. Portanto, só uma grande catástrofe levaria à redução significativa da demanda entre os emergentes, derrubando os preços também aqui.

Mas, e se acontecesse? Seria ruim, porque os produtores rurais perderiam renda, ficando sem chance de plantar no futuro próximo, o que geraria inflação no Brasil, além de reduzir nossas exportações.

Como reagir a essa ameaça? Não é difícil, até porque o plantio de 2009 seria reduzido globalmente, os estoques seguiriam baixos e, quando a crise passasse – porque passará – os preços explodiriam.

Pois bem, o que nos cabe é garantir a capacidade produtiva de nossos agropecuaristas. Para isso, temos o instrumento, que são os preços mínimos. Se o governo decidir usar essa lei, existente há décadas, estará matando três coelhos com uma só cajadada, pois protegerá a renda rural, garantirá o abastecimento interno (eliminando assim o efeito inflacionário) e permitirá a ocupação de espaços enormes nos mercados agrícolas internacionais.

E, de quebra, minimizará a crise internamente.

É uma grande oportunidade que não pode ser perdida. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Agronegócio unido



Cesário Ramalho da Silva*

O AGRONEGÓCIO brasileiro precisa de mais união entre os agentes do setor e fortalecer a aliança entre as lideranças rurais do País. Com a fragmentação da representação rural nos últimos anos, cada cadeia produtiva passou a dedicar-se principalmente à sua atividade, e enfraqueceu a representação do setor com outros públicos, fundamentalmente a opinião pública nas cidades. Mais que isso, dificultou o diagnóstico dos desafios que impactam todo o agronegócio, a identificação de soluções, e enfraqueceu sua comunicação interna.

O ministro Stephanes deu o recado recentemente em Londrina ao dizer “que a falta de união do setor produtivo agropecuário contribui para a aprovação de leis ambientais absurdas e fora da realidade”. Destacou que “enquanto a população indígena e o meio ambiente têm estruturas de defesa organizadas e sistematizadas, o setor produtivo não está organizado e, por isso, ninguém reage”. Com os governos a força política do setor em parte é exercida por meio do trabalho de representação das entidades ‘macro’, parlamentares, secretários de Agricultura, entre outros, e seria melhor se houvesse maior união.

Com o meio urbano, porém, onde estão os formadores de opinião e os tomadores de decisão que norteiam negócios e políticas públicas, o relacionamento do setor é praticamente zero.

O trabalho da Unica (União da Agroindústria da Cana-de-Açúcar) é um dos raros *cases* bem sucedidos. As campanhas de incentivo ao uso do etanol nos grandes meios de comunicação levaram à sociedade a mensagem-chave de benefícios socioeconômicos e ambientais que o combustível advindo da cana-de-açúcar traz para todos. Mas, por que isso vem dando certo? Porque houve planejamento estratégico com foco nos médio e longo prazos para que os resultados surgissem. E porque houve, claro, investimento maciço. Sem recursos para comunicação, seja ela propaganda, relações públicas, apoio à imprensa, nada feito.

A questão-chave é que a ausência de canais de relacionamento sistemáticos com a opinião pública urbana sustenta a tese de que “o agronegócio deu mais ao País do que o Estado foi capaz de assimilar e retribuir e a sociedade de compreender”.

Não sou contra a segmentação da apresentação rural. Ela é fundamental para dar voz às prioridades de cada atividade em suas respectivas regiões. O problema é a falta de um discurso institucional uniforme e coeso, para aumentar a percepção dos benefícios da transferência de renda do agronegócio para a sociedade, que se reverte em melhoria social e econômica para as pessoas.

Infelizmente, a grande massa urbana não tem uma visão próxima do que é o agronegócio. Dialogar permanentemente com esse público é trabalhar para que a realidade e a imagem do agro sejam mais bem compreendidas. Precisamos disseminar a contribuição do agronegócio para o desenvolvimento do País. É um esforço que vai demandar comunicação e educação.

No atual momento, a definição das eleições na CNA é uma boa notícia, para que possamos delinear um novo plano de aglutinação do setor. Neste ano, em que a Constituição faz 20 anos, é importante lembrarmos da Frente Ampla da Agricultura, quando na Assembléia Constituinte de 1988, mostrou que, alinhado, o setor conquista a força política semelhante à sua importância econômica. ■

Opinião

Marketing: até com água



João Sampaio*

MARKETING ENGARRAFADO. Estas palavras sintetizam o porquê de milhares de pessoas comprarem uma garrafa de água francesa e pagarem até cinco vezes o preço do produto comparado aos manufaturados aqui. Será que a água engarrafada em Serra Negra (SP) ou Visconde de Mauá (RJ) vale menos que a água dos Alpes franceses? Ou será que, magicamente, o consumidor compra a paisagem dos Alpes quando pagamos muito mais pela garrafinha verde? Os europeus desempenham com maestria o papel de vender imagem e criam no imaginário do consumidor o valor de uma água diferenciada.

Os alemães não plantam um pé de café nas suas terras e, no entanto, são os maiores exportadores de café torrado e moído do mundo. As rosas da Inglaterra (houve até a Guerra das Duas Rosas, que foi a luta das famílias Lancaster e York pelo trono inglês por 30 anos no século 15) são as mais perfeitas cultivadas do mundo. Os ingleses as cultivam em escala de fundo de quintal, quando confrontamos com a produção comercial da região de Holambra, próximo à capital paulista. Carecemos é do *marketing* deles. A Flórida, com um pomar de citros quase duas vezes menor que o de São Paulo, adota a laranja como seu símbolo e a imprime na placa dos veículos licenciados naquele estado norte-americano. Poucos têm a noção de que somos os

maiores produtores de suco de laranja do mundo, e parece que não fazemos muito mesmo questão que se saiba.

Como o agronegócio brasileiro não sabe fazer *marketing*, fica a eterna acusação de sermos um país primário, exportador de *commodities*. Os norte-americanos também o são, porém no que é preciso agregar valor e trabalhar o *marketing* de vendas e criação de identidade, eles o fazem.

O *marketing* na atividade ligada à agricultura torna-se mais fácil de ser trabalhado quando focamos nichos. É o caso dos produtos orgânicos ou da fruticultura. Também podemos apostar nas características regionais. A serra gaúcha, que compreende as paisagens de Gramado e Canela até o Vale dos Vinhedos da região de Bento Gonçalves, é um belo exemplo de vender a imagem, os odores, gostos e cores da paisagem para o turista e para o consumidor dos seus vinhos. A agregação de valor e a renda *per capita* dos seus produtores, em áreas de cerca de dois hectares, mostram que a geração de renda está no *marketing*.

Outras regiões do país podem seguir esse caminho. Próximo a São Paulo, na região do Circuito das Frutas e do Vinho, que vai de Jundiá, passando pelas cidades de Indaiatuba, Vinhedo, Valinhos até São Roque e Atibaia, temos um enorme potencial de desenvolvimento do turismo rural e gastronômico. Com uma rede de rodovias excelentes, paisagens agradáveis, pequenas propriedades familiares e mercado consumidor, pois temos o paulistano ávido para escapar da metrópole, o seu desenvolvimento pleno depende de estratégias de *marketing*.

As políticas públicas não requerem a concessão de vultosos recursos. Apenas o incentivo na criação de câmaras setoriais temáticas, articulação na cadeia produtiva, financiamentos mínimos para investimentos e ações de *marketing*. A produção e a paisagem já estão ali. O governo do estado tem trabalhado no fomento dessa vocação regional. Agregar valor num pequeno espaço. O tal do *marketing* engarrafado. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo